



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV - Nº 133

SABADO, 13 DE OUTUBRO DE 1990

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 155ª SESSÃO, EM 12 DE OUTUBRO DE 1990

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Leitura de projeto

- Projeto de Lei do Senado nº 176/90, de autoria do Senador Marco Maciel, que cria o Conselho Curador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.

1.2.2 - Discursos do Expediente

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Necessidade da priorização da Educação no País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Congratulações ao Sr. Jutahy Magalhães pelo discurso feito anteriormente sobre a problemática educacional. Acidentes de trânsito no Brasil.

1.2.3 - Comunicações

Dos Srs. Senadores Leite Chaves, Cid Sabóia de Carvalho, Humberto Lucena, João Lobo, João Menezes e Rachid Salganha Derzi, que se ausentarão do País no período de 15 a 20 de outubro do corrente ano.

Do Senador Leite Chaves, de desfiliação do PMDB.

1.3 - ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1989 - Complementar, de iniciativa da Comissão Diretora, que define a hipótese de "relevante interesse público da União", para os fins previstos no art. 231, § 6º, da Constituição. Aprovado em turno suplementar. À Câmara dos Deputados.

1.3.1 - Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR LEITE CHAVES - Inviabilidade de exportação de café para o Paraguai, pretendida pela firma Odebreth, em face dos inúmeros entraves burocráticos.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES - Indagação à Mesa sobre o atendimento de requerimentos de informações de S. Exª, dirigidos a órgãos da administração federal.

O SR. PRESIDENTE - Inexistência de resposta ministerial às informações requeridas pelo Sr. Jutahy Magalhães.

SENADOR ODACIR SOARES, como Líder - Mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, pela manu-

tenção de fundos de desenvolvimento regional.

SENADOR NEY MARANHÃO - Política agrícola do atual Governo. Irregularidades nos alimentos distribuídos pelo Programa da Merenda Escolar em Vitória-ES. Projeto de lei de sua autoria disciplinando a compra e distribuição de alimentos subsidiados pelo Governo.

SENADOR JOÃO LOBO - Pedido de intervenção no Estado do Piauí, em face da retenção pelo governo local do ICMS devido às prefeituras daquele Estado.

1.3.2 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 ENCERRAMENTO

2 - ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 205 a 207, de 1990

3 - ATAS DE COMISSÃO

4 - MESA DIRETORA

5 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
PASSOS PÓRTO Diretor-Geral do Senado Federal AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor Executivo CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA Diretor Administrativo LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Diretor Adjunto	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Semestral Cr\$ 1.669,00 Tiragem: 2.200-exemplares.

Ata da 155ª Sessão, em 12 de outubro de 1990
4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura
 Presidência do Sr. Pompeu de Sousa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Nabor Júnior — Alexandre Costa — Afonso Sancho — Jutahy Magalhães — Pompeu de Sousa — José Fogaça

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 176, DE 1990

Cria o Conselho Curador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e do Programa de Integração Social (PIS) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Fundo de Participação PIS/Pasep, condomínio social dos trabalhadores, será administrado segundo normas e diretrizes fixadas por um Conselho Curador, integrado por

três representantes dos participantes do PIS, três representantes dos contribuintes do PIS e três representantes dos participantes do PASEP, além de um representante de cada uma das seguintes entidades: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S/A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

§ 1º As representações dos participantes e dos contribuintes do PIS serão exercidas, cada uma, por representantes provenientes das áreas industrial, comercial e rural.

§ 2º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

§ 3º Os órgãos oficiais far-se-ão representar, no caso dos Ministérios, pelos Ministros de Estado e, no caso dos demais órgãos, por seus Presidentes, na qualidade de membros titulares, cabendo-lhes indicar seus suplentes ao Presidente do Conselho Curador, que os nomeará.

§ 4º Os representantes dos trabalhadores e dos empregadores, e seus respectivos suplentes, serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento;

e terão mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

§ 5º O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, por convocação do seu Presidente. Esgotado esse período, não tendo ocorrido convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la, no prazo de 15 dias. Havendo necessidade, qualquer membro poderá convocar reunião extraordinária na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

§ 6º As decisões do Conselho serão tomadas com a presença, no mínimo, de 11 (onze) de seus membros, tendo o Presidente voto de qualidade.

§ 7º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas.

§ 8º As ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores no Conselho Curador, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais.

§ 9º Competirá ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que contará

com uma Secretaria-Executiva do Conselho Curador do PIS-Pasep.

§ 10. Aos membros do Conselho Curador, enquanto representantes dos trabalhadores, efetivos e suplentes, é assegurada a estabilidade no emprego, da nomeação até um ano após o término do mandato de representação, somente podendo ser demitidos por motivo de falta grave, regularmente comprovada através de processo sindical.

§ 11. Fica extinto o Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/Pasep.

Art. 3º Ao Conselho Curador do PIS/Pasep compete:

I - elaborar e aprovar o Plano de Contas;

II - ao término de cada exercício financeiro, atribuir aos participantes as quotas de participação; calcular a correção monetária do saldo credor das contas individuais dos participantes; calcular a incidência de juros sobre o saldo credor corrigido das mesmas contas individuais; constituir as provisões e reservas indispensáveis; levantar o montante das despesas de administração, apurar e atribuir aos participantes o resultado líquido adicional das operações realizadas;

III - autorizar, nas épocas próprias, que sejam feitos nas contas individuais dos participantes os créditos de que tratam os arts. 5º e 6º do Decreto nº 78.276, de 17 de agosto de 1976;

IV - elaborar e aprovar anualmente o orçamento do Fundo de Participação - PIS/Pasep;

V - elaborar, anualmente, o balanço do Fundo de Participação - PIS/Pasep, com os demonstrativos, bem como o relatório;

VI - promover o levantamento de balancetes mensais;

VII - requisitar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, as informações sobre os recursos do fundo repassados, as aplicações realizadas e seus respectivos resultados;

VIII - prestar informações, fornecer dados e documentação e emitir parecer, por solicitação do Conselho Monetário Nacional e do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, em relação ao Fundo de Participação - PIS/Pasep, ao Programa de Integração Social - PIS e ao Programa de Formação

do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

IX - autorizar, fixando a época própria, o processamento das solicitações de saque e de retirada e os correspondentes pagamentos;

X - baixar normas operacionais necessárias à estruturação, organização e funcionamento do Fundo de Participação PIS/Pasep e compatíveis com a execução do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

XI - resolver os casos omissos.

Art. 3º O Conselho Curador fica investido da representação ativa e passiva do Fundo de Participação PIS/Pasep, que será representado e defendido em Juízo, por Procurador da Fazenda Nacional.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Projeto que ora ofereço à consideração dos ilustres Pares tem o objetivo de dar mais um passo no sentido da implantação, entre nós, de uma verdadeira democracia participativa, objetivo, aliás, colimado na Carta Constitucional de 1988.

Dentro dessa concepção, propomos a criação do Conselho Curador do fundo de Participação PIS/Pasep, em substituição ao atual Conselho Diretor daquele Fundo, a exemplo e semelhança do que se fez junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Este Conselho Curador passa a ter as mesmas atribuições e competências atualmente atribuídas ao Conselho Diretor do Fundo.

Pretende-se, com a proposição apresentada, que no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e no Programa de Integração Social - PIS, o Fundo de Participação PIS/Pasep seja administrado segundo normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador constituído por três representantes dos participantes do PIS e três do Pasep, por três representantes dos contribuintes do PIS, além de um representante de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Ministério do

Trabalho e Previdência Social; Caixa Econômica Federal; Banco do Brasil S/A e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O projeto prevê a participação igualitária nas representações dos participantes e dos contribuintes do PIS, com um representante de cada uma das áreas industrial, comercial e rural.

Estabelece-se que a Presidência do Conselho será exercida pelo representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, órgão ao qual compete fornecer os meios necessários ao seu funcionamento.

Da mesma forma que previsto nas normas do Conselho Curador do FGTS, a proposição prevê também o abono, para todos os efeitos legais, das ausências ao trabalho dos representantes dos trabalhadores, bem como assegura-lhes estabilidade no emprego, desde a nomeação até um ano após o término do mandato de representação, que foi fixado em 2 (dois) anos, com uma única recondução. Estes representantes serão indicados pelas respectivas centrais sindicais e confederações nacionais e nomeados pelo Presidente do Conselho Curador.

Para a tomada de decisão do Conselho, formado de 13 (treze) membros, exige-se que pelo menos 11 (onze) estejam presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.

Estas as considerações que julgo necessárias fazer ao apresentar aos nobres Senadores este Projeto de Lei, que tem por objetivo maior permitir aos trabalhadores participarem efetivamente da administração, da direção e do controle do Fundo de Participação do PIS/Pasep, à semelhança do que foi feito em relação ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1990 - Senador Marco Maciel

(A Comissão de Assuntos Sociais - competência terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente,

Srs. Senadores, diz a Constituição Federal, no seu art. 227:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Desse vasto elenco de valores propostos pela Carta Magna, deixo salientar a educação, colocada como absoluta prioridade.

No art. 205, está assegurado que:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

A reflexão sobre esses dois dispositivos constitucionais desvenda um imenso panorama que está a exigir ação imediata e visão de futuro, pois o quadro debuchado pelos constituintes abrange todos os aspectos que envolvem a vivência em sociedade do ser humano.

A determinação constitucional dá-nos a impressão de um céu inatingível, enquanto vivemos em uma situação de dantesco inferno, porque muito longe está o País de uma realidade concreta e abrangente de respeito aos direitos elementares dos cidadãos.

De fato, Sr. Presidente, que outra imagem é capaz de produzir em nossa mente a constatação feita durante a IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em setembro de 1986, no sentido de que mais de 50% de alunos são excluídos ao longo da 1ª série do primeiro grau; cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos estão fora da escola; 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica; 22% de professores leigos; precária formação e aperfeiçoamento profissional em serviço de professores de todo o País; salários aviltados em todos os graus de ensino (apud Júnior, Paulo

Ghinardelli, O que é Pedagogia).

Tal fato foi confirmado recentemente, por ocasião do lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, pelo próprio Senhor Ministro da Educação quando se pronunciou no sentido de que é preciso "reintegrar à sociedade as multidões de analfabetos, como condição primordial a qualquer anseio de justiça social", realizando essa missão no palco da escola, onde parceiro insubstituível é o professor, "a quem se deve atualizar no saber, treinar na metodologia oportuna e valorizar plenamente no exercício da profissão". Folha de S. Paulo, de 11-9-90.

Recente pesquisa, feita no âmbito da tradicional Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), revela que nosso País é um país de "baixo índice de cidadania" - Jornal do Brasil, de 23-9-90.

A questão da educação no Brasil tornou-se problema tão relevante que os pronunciamentos públicos e a imprensa a ele se referem com palavras que trazem impulsos de batalha, combate e guerra. Na verdade, o assunto analfabetismo no Brasil constitui-se, sem sombra de dúvida, uma das faces mais deprimentes. Não há como justificar a existência de 30 milhões de analfabetos em 1990 - segundo dados do IBGE - dos quais 4 milhões se localizam na faixa dos sete aos catorze anos e 26 milhões na de mais de catorze anos. Tal situação decorre do fato de que, no Brasil, a educação elementar nunca se caracterizou como imperativo ético, nem como exigência para o desenvolvimento econômico, nem para a implantação e o crescimento da democracia. A mácula da ignorância - afirma o provector Austregésio de Athayde - carcome e desfigura a democracia. Correio Braziliense, de 13-9-90.

Se é verdade que a educação sempre expressa uma doutrina pedagógica que, implícita ou explicitamente, se baseia em uma filosofia de vida, em uma concepção de homem e de sociedade, talvez tenhamos ainda que descobrir o que é a vida, o homem e a sociedade brasileira.

Evidentemente, o analfabetismo é grave. No entanto, mais grave ainda é o que vem acontecendo nos últimos anos: uma total e sistemática desarticulação da escola pública, particularmente no nível fundamental. Manter essa situação corresponde a continuar ali-

mentando a fábrica do analfabetismo. Não haverá programa, não haverá pacote, não haverá projetos paralelos (Moral, Fundação Educar etc.) que sejam capazes de superar, de banir a pecha de ser o Brasil, segundo todos os indicadores internacionais, um dos piores países do mundo em matéria de educação.

"O Brasil tentou avançar na modernização, sem ter dado o seu primeiro passo: a educação de sua população. Mesmo quando tenta investir em educação, o governo o faz sob a forma de pacotes, preocupado com o analfabetismo, com as mensalidades ou com as vagas ociosas nas universidades. Esquece que o analfabetismo de adultos é consequência da pobre educação de base das crianças e jovens. Que o problema das mensalidades é insuperável, se não houver uma escola pública gratuita de qualidade para todos. Que as vagas das universidades não vêm do elitismo destas, mas do baixo aproveitamento no ensino do segundo grau", Cristóvam Buarque, Correio Braziliense, de 9-9-90.

Na verdade, Sr. Presidente, o Brasil, em relação ao ensino fundamental público, vem-se comportando de maneira circunstancial, episódica e ronceteira há muito tempo. A questão não vem sendo considerada com investimento, isto é, um país que investe na preparação dos seus recursos humanos desde e principalmente na infância, para garantir um processo sustentado de desenvolvimento.

Os países desenvolvidos estão transformando o seu sistema de produção graças aos investimentos em educação básica realizados a longo prazo. Os países asiáticos, os denominados "tigres asiáticos", efetivaram, neste século, uma profunda revolução educacional, com o claro objetivo de criar condições necessárias e duradouras para o progresso.

E nós? Desejamos dar o salto tecnológico sem plantar firmemente a base para o impulso, base essa que somente uma educação sólida e geral pode assegurar?

Diz ainda o Presidente da Academia Brasileira de Letras: "Ler e escrever pode não dar felicidade ao homem, mas sem que os cidadãos possuam escolas que os preparem e professores que sejam habilitados para ensinar, nenhuma nação moderna conseguirá vencer tantos dos enormes óbices que amarguram a nossa caminhada para o futuro". Correio Braziliense, de 13-9-90.

Para tal objetivo, um dos primeiros passos é reconsiderar em profundidade a problemática dos recursos para a educação básica.

O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina que, durante os dez primeiros anos da Constituição, o poder público, junto com todos os setores organizados da sociedade, aplique, pelo menos, "cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental".

Durante a discussão do Orçamento da União para o corrente ano, verificou-se que a obediência a esse dispositivo constitucional inviabilizaria todos os demais programas do Ministério da Educação.

Concretamente, o Brasil aplica em educação, por intermédio do setor público, aproximadamente 3,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), importância absolutamente insuficiente. Países com população estável empregam de cinco a nove por cento do PIB em educação. E países que superaram, ou que se encontram em via de superação de suas deficiências educacionais tão graves quanto as brasileiras, despendem e despendem muito mais. Dentre esses, podem ser citados a Guiana (98% do PIB), Arábia Saudita (6,4%), Israel (8%), Cuba (9,2%), Argélia (8,2%) e a Índia (13%) (Flávio Aguiar e Otávio Helene in *Folha de S. Paulo*, de 13 de junho de 1990).

Conforme dados recentemente divulgados pelo Instituto para Gerência do Desenvolvimento, dos Estados Unidos (*O Globo*, de 19-8-90), no Brasil, os gastos com educação são da ordem de US\$ 90 per capita, contra US\$ 300 de Cingapura, US\$ 190 da Tailândia e US\$ 166 de Hong Kong.

E como se os males dos poucos recursos não fossem suficientes, em nosso País, de cada cem cruzeiros destinados à educação, somente quarenta e oito chegam realmente à sala de aula; os restantes cinquenta e dois perdem-se pelo caminho, nas sendas burocráticas.

Além disso, oitenta por cento do orçamento do Ministério da Educação são gastos pelas Universidades Federais, embora abriguem apenas vinte e sete por cento dos estudantes universitários do País.

Decididamente, Sr. Presidente, o quadro é dramático. É preciso, realmente, mudar. E

fundamental "dar uma guinada histórica, radical, sem tergiversações, na educação básica, genuinamente pública e universal que não é, neste momento, um compromisso real nem dos governos, nem das próprias repartições públicas escolares, nem dos bem montados negócios privados de ensino. Af se exaure a fonte do analfabetismo formal, funcional o cultural. E da "subeducação" visceralmente excludente. E dos privilégios dos que se tornam "adequadamente educados" e politicamente resistentes à modernidade" (Divonzir A. Gusso in *Jornal de Brasília*, de 10-1-90).

Há poucos dias, o nobre Deputado José Serra, comentando o parágrafo 1º do art. 37 da Constituição, que exige "caráter educativo, informativo ou de orientação social" na publicidade dos órgãos do governo com propaganda e possibilidade de manipulação da opinião pública, assim se expressava: "Tal manipulação é viabilizada por certas condições da estrutura sócio-econômica brasileira: uma indústria de comunicação moderna e bem aparelhada, imensas desigualdades sociais, índices elevados de analfabetismo junto a baixos índices de formação escolar de segundo grau. Nesse contexto, talvez em nenhum lugar do mundo a televisão (e o rádio, em certo ponto) penetre tanto, influencie tanto opiniões e modo de pensar como no Brasil" (*Folha de S. Paulo*, 18-9-90).

Sr. Presidente e Srs. Senadores, sem uma guinada, realmente, não sairemos dessa situação.

Não há Constituição que se cumpra se o povo a que se destina, na sua maioria, não tem condições de entendê-la. Não há cidadania sem capacidade de leitura do mundo. Não há progresso que se sustente sem cérebros preparados para o desenvolvimento e controle das modernas tecnologias.

Sem gente para pensar, pesquisar, descobrir e lidar com novos processos e tecnologias, o Brasil não irá a lugar nenhum; permanecerá na obsolescência, sem produtividade, dedicado às manufaturas e ao acessório.

Qualquer que seja o projeto para o futuro, a educação terá que ser a prioridade nacional.

Vai, aqui, também, um alerta para os pensadores e trabalhadores da educação: não deixem o tempo esvaír-se pela janela; enquanto os formidáveis meios de comunicação de massa impregnaram o dia das famílias com

futilidades e propaganda, nós continuamos a reeditar ou a maquilar manuais sem interesse e sem vida.

Educação, afirma Dewey, é vida, é viver, é desenvolver-se, é crescer.

Lênin, em 1921, diante do subdesenvolvimento cultural do povo russo, proclamou: "Precisamos combater nosso principal inimigo: o analfabetismo. Alfabetizar não é um ato político; é condição básica para a existência da política" (apud Paulo Ghirardelli Júnior, in, *O que é Pedagogia*). É, portanto, condição básica para um povo existir com dignidade.

O Sr. Jarbas Passarinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer, ouço V. Exª

O Sr. Jarbas Passarinho — Três pontos no excelente discurso de V. Exª me permitem pedir esta intervenção. O primeiro, quando V. Exª salientou bem a questão de que só existe evidentemente a escola particular, a escola paga, porque a escola pública não funciona em termos quantitativos e qualitativos que deveria funcionar. Duvido muito que principalmente a classe média, que ainda hoje contribui para o pagamento de mensalidades nas escolas particulares, continuasse pagando, se a escola pública desse a seus filhos a qualidade de ensino necessária para o prosseguimento propedêutico do estudante até a universidade. Então, essa colocação que V. Exª fez, com uma crítica muito sutil, a respeito do problema das mensalidades, leva-me a pedir o desdobramento do seu raciocínio, porque há escolas públicas e escolas particulares, e há escolas privadas e escolas privadas. É preciso distingui-las. Há os que admitem que as escolas privadas se transformaram apenas em caça-níqueis, em mecanismos de apropriação de recursos, de bens e de riquezas. Mas há escolas particulares que se dedicam com o maior idealismo a ensinar com correção os alunos que as frequentam. Quando o Governo diz que faz a abertura completa para a livre negociação, a impressão que se tem é que a livre negociação vai ser uma livre negociação, inclusive em que os professores não poderiam estar fora dela. Os professores deveriam estar dentro da livre negociação; os professores, os funcionários, os pais de alunos e os alunos de escola. Não se fazendo isso, em primeiro lugar, parece-me que não existe uma garantia de que haja o universo dos inte-

ressados envolvidos no problema; segundo, fixa-se o valor de mensalidades, sem levar em consideração que os dissídios, por exemplo, que podem haver e estão havendo, possam levar a aumentos de gastos das escolas particulares que não podem ser transferidos, por outro lado, para as mensalidades. Então, é praticamente defendida escola particular, principalmente aquelas que se dedicam realmente ao ensino. O segundo ponto que V. Ex.^a percutiu — e estou lhe pedindo esse aparte um pouco mais longo porque estamos, como V. Ex.^a vê, com o nosso plenário cheio....

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É um prazer que V. Ex.^a me dá.

O Sr. Jarbas Passarinho — ...e nós podemos tomar algum tempo dos que estão aqui nos ouvindo — é o problema do Mobral, que V. Ex.^a fez uma referência a ele. É uma das minhas maiores frustrações. Senador Jutahy Magalhães, pois cansei de chamar atenção, quando deixava o Ministério da Educação, que o Mobral, que já tinha alfabetizado milhares de pessoas, poderia ser um fracasso redondo se ele não tivesse acompanhamento. Não basta alfabetizar. E não era só garantir o nome; o Mobral exigia provas que justificassem a alfabetização. Mas, não havendo acompanhamento, não havendo a continuação, evidentemente, qualquer professor, qualquer um de nós com leitura sabe que há o problema pedagógico da chamada regressão. Então, regride. Tive um momento fascinante da minha vida em Genebra, pois sentei ao lado de um colega de Lênin, que V. Ex.^a citou agora, que era um homem já idoso, eu ainda era um homem bem mais novo e ele me contou como foi o programa executado por Lênin para alfabetização dos mujiques; era um movimento nacional. O Mobral foi um movimento nacional. O que nós recebemos de resposta foi alguma coisa profundamente alentadora. Aí, colocaram camarinholas na cabeça, colocaram o Mobral cultural, o Mobral que deveria responder às comunidades eclesiais de base e com isso se perdeu de vista a possibilidade de se alfabetizar este País. Hoje estou convencido, portanto, Senador, que V. Ex.^a, um dos brilhantes representantes da Bahia e que falou ainda há pouco no ensino fundamental, deve estar de acordo exatamente com o grande educador baiano Anísio Teixeira, que falava exatamente que o fundamental era a escola básica. E hoje estou convencido de que podemos estar caindo num segundo logro proposto pelo nosso colega, Senador Carlos Chiarelli, de alfabetizar

25 milhões de pessoas em 3 anos. Pode até alfabetizar em massa. O importante, depois, é manter essa alfabetização. Esse é o problema! Daí por que, quando V. Ex.^a fala na universalização da oferta, acho que está tocando no ponto crucial do problema. A guerra tem que ser ganha através da capacidade de universalizar o ensino básico. Como é difícil, porque estamos perdendo essa briga linear, a capacidade de oferta do Estado é sempre menor do que a demanda, a população está crescendo em valor maior, tem-se que pensar exatamente no acoplamento de um sistema de alfabetização que seja meramente ancilar, isto é, que seja auxiliar do verdadeiro problema, que é o da oferta da sala de aula. O terceiro ponto, eu me permitiria pedir a V. Ex.^a que refletisse sobre ele, não gostaria de dizer que discordo, mas pediria que V. Ex.^a refletisse. Esses dados numéricos são muito perigosos. Já tive ocasião, como Ministro, de responder ao Senador João Calmon, quando S. Ex.^a era Deputado. No Brasil, por exemplo, o que se gasta em educação não está apenas na rubrica do Ministério da Educação. V. Ex.^a sabe que se faz educação nos Ministérios militares, nas Escolas Militares: Escola Naval, Escola de Aeronáutica, Colégio Militar, Escola Preparatória de Cadetes. Faz-se educação no Ministério das Relações Exteriores, no Instituto Rio Branco. Faz-se, ou fazia-se, educação no Ministério da Saúde, nas Escolas de Enfermagem de alto padrão. Então, era preciso verificar a soma desses valores, para saber quanto estamos aplicando. Mas, de antemão, concordo que ainda se aplica pouco. Concorro com Roberto Campos: ainda se recebe pouco e se aplica mal. E o ponto que V. Ex.^a mostrou aí: esta fuga de 52% dos valores — se guardei bem os dados de V. Ex.^a — para chegar só a 48% no destino do dinheiro, do investimento. Em primeiro lugar, não podíamos chamar isso de despesa, nunca! Era, como V. Ex.^a disse, investimento. Tem que ser investimento e ainda produtivo. Só que, segundo Piaget, ele leva 14 anos para reproduzir, e muitos governantes não gostam de esperar projetos de 14 anos. Preferem uma ponte, que é feita dentro do seu período.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nem todos têm o curto período de 15 anos para governar. (Risos.)

O Sr. Jarbas Passarinho — Ainda tem mais isso. Foram poucos os que tiveram; aliás, parece que só um. Outro ponto

que acho que talvez mereça também uma reflexão de V. Ex.^a, se me permite a audácia de lhe pedir, é sobre a questão da aplicação, que parece censurada, de uma parcela muito maior pelo Ministério da Educação no ensino superior do que no ensino básico. O ensino, depois chamado de fundamental, na Lei n.º 5.692, era tradicionalmente dos Municípios e dos Estados. A União raramente entrava, a não ser o Colégio Pedro II, que preservamos na Constituição, tal a sua importância — foi ele e a Suframa que foram para a Constituição —, e escolas técnicas federais, que já fazem um grande papel, os colégios industriais, colégios agrícolas e comerciais. Mas, na verdade, o papel fundamental do Ministério tinha sido, até então, o papel da universidade. Tanto que, para mim, quando assumi o Ministério, era penoso verificar que, em São Paulo, nós não tínhamos uma universidade federal que merecesse respeito, comparada com a USP, que era estadual. O Paraná, lembro-me, tinha três universidades estaduais. E eu vi que, dentro de pouco tempo, a própria área federal, o MEC, teria menos possibilidade inclusive de influir, do que outrora, sobre o ensino fundamental. E V. Ex.^a deu um número aí que me espantou agora, porque, quando eu deixei o Ministério, nós ainda tínhamos mais de 50% do ensino superior relacionado com o MEC. E V. Ex.^a deu, se não me engano, 27%, não é? Apenas isso: de todo o alunado superior, 27% apenas vinculados aos recursos do MEC. Desculpe, mas seria o desejo de quem passou por aquele Ministério quatro anos três meses e quinze dias, e saiu frustrado, depois de ver o que aconteceu com a reforma do ensino fundamental, que foi desfigurado ao longo do tempo, a Lei n.º 5.692, e o fracasso do Mobral. De maneira que eu acho que o discurso de V. Ex.^a tem a maior importância, exceto para aqueles cujos ouvidos estão fechados à voz daqueles que eles não gostam de ouvir falar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nobre Senador Jarbas Passarinho, eu iniciaria dizendo aquilo a que, ontem, me referi, quando V. Ex.^a fez um pronunciamento: V. Ex.^a enriqueceu muito o meu pronunciamento. Mas isto não é uma mera formalidade, eu não digo isto de uma maneira formal, porque, realmente, o aparte de V. Ex.^a vem mostrar o conhecimento que V. Ex.^a tem da matéria. V. Ex.^a foi um dos Ministros mais brilhantes que nós tivemos no exercício dessa árdua função no Ministério da Educação, e veio dar margem para que se discu-

tisse essa questão da educação, que o nobre Senador João Calmon e tantos outros, aqui, abordam, e mostrar que o problema não é apenas de recursos, de aplicar bem os recursos e de querer fazer uma política, como V. Ex^a disse, para surtir os efeitos daqui a 14 anos.

A educação, hoje, para mim como para V. Ex^a — e acho que para todos os que aqui estão — é um problema básico do País. Nós temos que iniciar uma verdadeira guerra neste País para educar o nosso povo, começar uma educação de base, mesmo. Vamos começar de novo, vamos reiniciar a nossa caminhada, vamos aplicar os nossos recursos para fazer com que os meninos de hoje — que serão os rapazes de amanhã, e os homens num futuro mais distante — cheguem até as universidades ou delas saiam com capacidade para fazer com que este País tenha uma maior produtividade, tenha um maior desenvolvimento e, no setor de tecnologia, não fique tão atrasado como nós estamos hoje. Por isto, Sr. Senador, agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

Quanto ao problema das escolas públicas, V. Ex^a tem toda razão. Acho que nenhum de nós aqui, talvez, leve seus filhos ou seus netos para se educarem nessas escolas, porque a oferta do ensino nas escolas públicas está totalmente deteriorada. Há poucos anos, há uma ou duas décadas, muitos de nós ainda poderíamos levar os nossos filhos, os nossos netos para aprenderem nas escolas públicas. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, o Colégio da Bahia, na Bahia, eram escolas que pessoas de nível médio buscavam, pelos professores que exerciam suas funções pedagógicas lá. Hoje não, por qualquer razão, por qualquer motivo, as escolas foram perdendo a sua qualidade, não é tanto a questão da mensalidade das escolas.

Outro dia, V. Ex^a deve lembrar, discutíamos sobre a punição que estavam dando a um diretor de escola, e eu, apartando V. Ex^a, tive a oportunidade de dizer que tem que haver escolas privadas, porque não existe uma oferta para que todos os brasileiros em idade escolar busquem a escola pública e, principalmente, como disse, a qualidade dessa escola. Quanto às mensalidades, essa livre negociação pode ser negociação, mas livre não é. É uma forma apenas de fugir um pouco da questão, entregando para uma discussão e retirando a responsabilidade do Ministério. Acho que aí foi um equívoco do nosso Ministro.

Quanto ao Mobral, V. Ex^a tem toda razão. Tive oportunidade de visitar o Mobral. Tenho um tio — Jacy Magalhães — que era muito ligado a esse assunto e ele fez muita questão que eu fosse visitar o Mobral, porque eu tinha feito uma crítica à referida instituição. E vi realmente que eles tinham muito espírito público, muito desejo de fazer funcionar o Mobral. Mas como V. Ex^a bem declarou, não houve uma continuidade. Portanto, a regressão era natural, e aí estão os números, os dados estatísticos. No Brasil, temos dificuldades de dados estatísticos, mas as estatísticas mostram que a regressão foi total. Foi um tempo perdido e recursos perdidos por falta de uma continuidade no ensino daqueles que tinham sido alfabetizados.

Já falamos do ensino básico e dos dados numéricos. Realmente, V. Ex^a tem razão em relação às dificuldades que temos, o perigo em que às vezes incorremos, quando fazemos referência a dados estatísticos. No Brasil, eles são muito falhos, são muito difíceis de serem conseguidos.

Ontem mesmo, eu estava discutindo com assessores desta Casa, porque eu estava querendo informações a respeito de transferência de recursos para o Nordeste e não temos um dado concreto na base do que é que o orçamento vem cumprindo, da própria Constituição, na transferência de recursos para o Nordeste. Está sendo praticamente impossível conseguir esse dado. Então, veja V. Ex^a como é difícil, neste País, conseguirmos essas informações para poder transmiti-las com o desejo que sempre tenho de poder transmitir alguma coisa comprovada, e não apenas vir aqui fazer um discurso para ter qualquer tipo de efeito político ou publicitário, mas apenas transmitir aquilo que considero correto. Agradeço muito a V. Ex^a, que, com seu aparte, enriqueceu meu pronunciamento.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com prazer, ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Antônio Luiz Maya — Nobre Senador Jutahy Magalhães, sobre ser um dos mais assíduos frequentadores deste plenário, V. Ex^a é, sem dúvida alguma, um dos que mais fazem uso da palavra para tecer comentários e reflexões em cima de assuntos os mais variados. Pela primeira vez, entretanto, ouço, hoje, V. Ex^a tratar do assunto educação.

Não sabia que V. Ex^a tinha a educação como prioridade, quer dizer, a chave para solução de todos os problemas não só humanos, com referência à própria pessoa a ser formada, mas, também, comunitários e nacionais. Realmente, esse é o problema. Se nos dedicarmos a defender a educação e fazer dela prioridade nacional, estaremos contribuindo para a solução dos problemas econômicos, dos problemas políticos, sociais e de todos os demais problemas. Não há dúvida alguma. O recurso humano é indispensável, é a chave para a solução dos demais problemas. Esse recurso humano é preparado através da educação. Por isso, nobre Senador, congratulo-me com V. Ex^a por participar desse time especial, encabeçado pelo nobre Senador, aqui presente, Jarbas Passarinho, ex-Ministro da Educação, Senador João Calmon e outros que aqui defendem a educação. Sinto-me hoje regozijado e hei de sair deste plenário com a fé de que homens do quilate de V. Ex^a e dos demais que aqui citei tenham a educação como prioridade nacional. Vamos trabalhar para que o País faça dela um instrumento de resgate da sua dignidade, do seu desenvolvimento, da sua projeção a nível internacional. Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a, que tem falado aqui constantemente a respeito dessa questão. V. Ex^a tem-se batido pela educação no País com eficiência e com conhecimento. Por isso, se houvesse um time de educação aqui, V. Ex^a seria o capitão desse time. Há alguns anos, eu tive a oportunidade de, aqui no Senado, fazer pronunciamentos sobre a educação e, principalmente nas entrevistas que costumava dar no meu Estado. Nesse período em que passei um mês no meu Estado, como eu não era candidato, eu podia participar de entrevistas, a convite das emissoras de televisão. Nessa ocasião, eu procurava chamar a atenção para o assunto educação, que deve ser a nossa guerra, a guerra de todos nós, não apenas do Governo e, sim, de toda a sociedade, para levar a educação a um maior número de pessoas, porque, só através da educação, nós atingimos o pleno desenvolvimento, em bases sólidas. Por isso, V. Ex^a pode contar comigo na luta que tem empreendido neste plenário. No que depender de mim, procurarei ajudá-lo. Porém, mais do que nós, quem tem que ajudar, hoje, é o Governo brasileiro.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de dizer...

O Sr. Ney Maranhão - Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Com todo o prazer. Aliás, como V. Ex.^a vai-me apartear sobre o assunto, antes de prosseguir, concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Ney Maranhão - Senador Jutahy Magalhães, incorpore-me à solidariedade prestada pelo nobre Senador Jarbas Passariño ao pronunciamento de V. Ex.^a, no que tange a esse assunto de suma importância. Senador Jutahy Magalhães, todos nós o conhecemos pela sua bravura, pela sua luta intransigente, quando se trata da coisa pública e pela seriedade como que encara o mandato de Senador pela Bahia. E mais quando se trata de assuntos do Nordeste, V. Ex.^a é um leão, V. Ex.^a os defende intransigentemente, V. Ex.^a acaba de lembrar o problema do ensino público. Recordo-me que em Pernambuco temos Ginásio Pernambucano. Era um ginásio onde quem entrava de lá saía sabendo. Infelizmente, tenho que concordar com V. Ex.^a Atualmente, no Nordeste, a grande maioria dos professores municipais ganham menos que o salário mínimo daí a grande queda no nível do ensino. Solidarizo-me com V. Ex.^a na posição de Líder em exercício do Governo. Ele está na obrigação de examinar com a devida seriedade essa matéria. Portanto, nobre Senador Jutahy Magalhães, apóio V. Ex.^a nessa luta, que não é apenas sua, mas de todos nós, em favor da educação para o nosso povo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Agradeço, Senador Ney Maranhão. V. Ex.^a sabe que o nosso Nordeste é que mais necessita de um trabalho efetivo nessa área, não só devido ao alto índice de analfabetismo, mas pela continuidade do ensino. Não basta aprender a ler e a escrever, é preciso dar uma educação integral que leve até à ponta final, que é a tecnologia no Brasil. Isso nos tem faltado. É um trabalho de muitos anos, não de um ou de dois governos; é um trabalho que vai demorar mais de uma década para surtir os efeitos necessários.

Mas é um trabalho que tem que ser iniciado, e já, porque perdemos muito tempo nessa área. Chega, neste momento, o nobre Senador João Calmon, que sabe o quanto já perdemos nessa área da educação. E, como disse, não é só questão de recursos, mas de uma política voltada exatamente para a educação do povo brasileiro.

O Sr. Ronan Tito - Permite V. Ex.^a?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois não, meu Líder.

O Sr. Ronan Tito - Nobre Senador Jutahy Magalhães, vinhamos, o Senador João Calmon e eu, conversando justamente sobre educação e, principalmente, eu fazia algumas revelações, algumas já conhecidas do Senador João Calmon, do fulcro, da linha mestra da minha campanha como candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais, que felizmente, ou infelizmente, foi frustrada, frustrada não totalmente, porque foi um momento de pregação extraordinário. Todos nós políticos, principalmente nós parlamentares, sabemos da importância da pregação, do proselitismo, de falar daquilo em que a gente acredita. Não perdi um segundo. Nos palanques e nos programas de televisão eu dizia sempre, reafirmando, como um pregador no deserto, o seguinte: este País só tem solução se investir maciçamente na educação. É a minha proposta, porque tenho a impressão de que lá, pelo menos não teve a repercussão que eu esperava, era simplesmente isso: investir 50% do orçamento na educação, para não permitir que ficasse uma só criança em idade escolar fora da escola. Isso não é sonho, isso não é quimera, não. Lá, em Uberlândia, fizemos essa experiência, uma cidade, é verdade, rica, mas um Município com 4.040 quilômetros quadrados e com mais de 10% da população na zona rural. Foram colocadas peruas à disposição dos estudantes, e quando o Prefeito Zaire Resende, que virá para cá, pois foi eleito Deputado com uma votação expressivíssima, terminou o seu mandato, ele ia para a televisão e dizia: se existe uma só criança em idade escolar fora da Escola de 1.^o Grau, por favor, denunciem. A Suécia, em 1856, criou o Ensino de 1.^o Grau obrigatório com 9 anos; o Canadá, o Ensino de 1.^o Grau, também de 9 anos, é obrigatório até hoje. No final do século passado no Japão - e muita gente está querendo descobrir o milagre do Japão no pós guerra, devemos nos lembrar que o Japão foi o País que deu trabalho aos aliados pela sua potencialidade, pela sua competência já naquele momento - resolveram os dirigentes japoneses investir 50% do orçamento em Educação, durante 50 anos. E hoje nós temos o País paupérrimo de riquezas naturais e com um povo riquíssimo, ao contrário desse nosso País que é um País riquíssimo com um povo paupérrimo. Aliás, nobre Senador, aproveitando esse aparte que V. Ex.^a gentilmente me concede, gostaria também de fazer uma constatação muito triste das últimas

eleições para essa. Impressionou-me muito o empobrecimento do povo mineiro, quero crer que, de resto, do povo brasileiro. O empobrecimento geral do povo, não estou dizendo da classe média que teve o seu recurso apreendido pelo Presidente Collor, estou dizendo do povão, nós temos que investir não só no Ensino de 1.^o Grau, nós temos que investir no ensino universitário, pós-graduação, tecnologia, etc. Mas, se nós não fizermos investimentos maciços muito empobrecido. Mas estou convicto, evidente na Educação de 1.^o Grau, para suscitar os verdadeiros valores e ficarmos com esta escola elitizada e servindo a uma pequena elite, cada vez a uma elite menor, não vamos sequer descobrir os nossos maiores valores. Às vezes temos a pretensão de achar que os filhos dos ricos são os mais inteligentes, são os que têm a melhor oportunidade. Acho que o primeiro degrau é este. Nobre Senador, embora tivesse uma votação que eu diria perto do ridículo no meu Estado, gostaria de comunicar a V. Ex.^a e a este Plenário que valeu a pena a pregação. Quero pregar isso enquanto tiver mandato, enquanto tiver vida. Se não investirmos maciçamente na educação, se continuarmos a permitir que esse escândalo de milhares e milhares de crianças fiquem sem a oportunidade de fazer o 1.^o grau, este País vai ficar no subdesenvolvimento, culpando, ou senão fazendo como cachorro, correndo atrás do próprio rabo. De maneira que estava indo até à Mesa cumprimentar os amigos, quando ouvi a palavra mágica "educação". Cometi até um equívoco de campanha, quando dizia, na televisão, que precisávamos investir 50% - que era meu compromisso - do orçamento na cabeça das crianças. Veja V. Ex.^a o quanto estamos distanciados do grande povão. Um professor de Linguística me disse, certa vez, que "investir" para a maioria do povão é mais ou menos como a vaca faz: correr atrás das pessoas. Educação também era mais ou menos isso: menino sem educação, que quer dizer - menino maleducado em casa. Tivemos que fazer uma decodificação da nossa linguagem para dizer que tínhamos de empregar 50% dos nossos recursos, nas escolas, na inteligência das nossas crianças, para que elas pudessem se desabrochar e potencializar. Criamos outros slogans: "Educação pelo Trabalho", "Educação para o Trabalho". Espero, sinceramente, que isso surta efeito - como ocorreu em Uberlândia. Lá o Dr. Zaire Rezende, enquanto prefeito, era olhado com maus olhos, porque não construiu,

durante seis anos, uma obra de placa — nenhuma. Resolveu investir só na pessoa humana, na cabeça, na inteligência, na saúde. E agora, depois de terminado o mandato, dois anos depois, recebe uma votação, consagradora. Graças a Deus! Muitas vezes o povo pode demonstrar um pouquinho a entender e, principalmente, por causa das propagandas muito bem veiculadas pelas empresas de publicidade. Mas, se Deus quiser, o povo brasileiro há de perceber o mais rápido possível que se nós não levarmos a educação a sério, se não levarmos o País a sério, continuaremos sendo isso aí: neste ano mais pobre do que no ano passado, nesta década mais empobrecidos do que na década passada. Desculpe V. Ex.^a por ter-me alongado, mas é que o assunto é por demais interessante. Gostaríamos de, todas as vezes em que tivermos oportunidade, voltar a este assunto, pregarmos, nem que pareça, no princípio, que estamos pregando no deserto. Um dia, quem sabe, os governantes e a população brasileira vão se conscientizar de que sem investir na educação — e a educação tem um custo alto — de maneira maciça, sem permitir que fique uma só criança do 1.^o Grau fora da escola — e hoje não tenho mais dúvida; tenho certeza — vamos ficar como caudatários das grandes potências, com uma economia periférica das economias centrais. Esta é a constatação que faço, que a minha experiência me permite fazer, e agradeço a V. Ex.^a pelo aparte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES. — Agradeço também a V. Ex.^a, porque, felizmente, este pronunciamento que fiz numa sexta-feira, de manhã — normalmente aqui temos poucos Srs. Senadores presentes — deu motivação a um debate que acredito que seja profícuo. Nós, no Senado, também falamos alguma coisa séria, não apenas aquilo que muitas das vezes levam uma imagem do Senado ou da Câmara para o público brasileiro.

Mas, daqui já tinha discutido também, nobre Senador Ronan Tito, a respeito da universalização do ensino básico, isto é o principal. Para mim, o investimento principal é no ensino básico. O que vem depois é uma consequência exatamente desse ensino básico e daí vamos passando para outros níveis do ensino brasileiro. Mas acho que nós dependemos de tudo. V. Ex.^a, fala no empobrecimento da população de Minas Gerais, que é nacional. E uma das razões é exatamente a falta de preparo que temos com o nosso povo, além de todos aqueles fatores econômicos que

nós sabemos o da concentração da renda nacional. Mas nós só podemos propiciar um desenvolvimento à nossa população pobre, menos favorecida pela sorte, através da educação, por onde poderão galgar o seu espaço. V. Ex.^a citou o Japão. V. Ex.^a sabe que no Japão há aquele compromisso entre empresa e empregado para não haver dispensa. É quase uma vergonha para o empresário ter que despedir o seu empregado mas, também, o empregado tem a preocupação de pela educação ir galgando os diversos degraus de sua empresa; e quando atinge um nível, busca uma educação a mais, um aperfeiçoamento a mais para poder galgar o degrau seguinte. E todo esse desenvolvimento nacional do Japão, no meu entendimento, teve como base, realmente, a Educação.

V. Ex.^a cita o exemplo de Uberlândia, que demonstra que também, às vezes, há o reconhecimento de um trabalho.

V. Ex.^a disse que o ex-prefeito não fez nenhuma obra de cimento armado, mas realizou a principal das obras.

Eu poderia citar o exemplo da campanha de meu pai na Bahia, em 1958.

Quando iniciou a sua campanha e praticamente ninguém acreditava em seu êxito, ele citou o exemplo de três operários que estavam fazendo uma construção.

Perguntaram ao primeiro operário o que estava fazendo ali: "Estou colocando uns tijolos", perguntaram ao segundo: "E você, o que está fazendo?" — "Estou fazendo a argamassa"; perguntaram ao terceiro: "E você, o que está fazendo?" — e ele, com os olhos brilhantes: "Estou construindo uma catedral".

Então, essa é a catedral que precisamos construir no Brasil, a catedral da Educação, porque através dela é que teremos, então, um desenvolvimento verdadeiro.

O Sr. João Calmon. — Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES. — Com todo o prazer, e não poderia deixar de ter o aparte de V. Ex.^a

Gostaria que V. Ex.^a me desse, agora, as lições necessárias, Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon. — Nobre Senador Jutahy Magalhães, o seu pronunciamento está sendo muito instrutivo para mim, pois

V. Ex.^a adiciona alguns detalhes realmente da maior importância para o êxito dessa batalha em que estou empenhado há mais de vinte anos. Considero os 50 anos da minha vida não dedicados à educação como um tempo perdido. Defendendo a mesma tese de V. Ex.^a sobre a alta prioridade que deve ser dada ao ensino fundamental, já foi tomada iniciativa da maior relevância. A Associação de Secretários de Educação do Brasil e o Deputado Osvaldo Coelho, obviamente todos contando com a minha modesta colaboração, argüíram a inconstitucionalidade do orçamento do corrente ano de 1990 e vão argüir, também a inconstitucionalidade da proposta orçamentária do próximo ano, porque ambas desrespeitam o art. 60 das Disposições Transitórias, que determina que nos próximos dez anos, a partir da data da promulgação da nova Constituição, devem ser reservados 50% dos recursos a que se refere o art. 212, que é a nova versão, de minha autoria, da Emenda Calmon, para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Até agora, depois de promulgada a nova Constituição, o Governo Federal não destina nem 15% dos recursos para a educação ao ensino fundamental. O quadro só vai mudar com o lançamento desse novo plano de responsabilidade do Presidente Fernando Collor, criando esse projeto de alfabetização e cidadania — Programa de Alfabetização e Cidadania — que reserva 10 bilhões para este ano e 40 bilhões para o próximo ano. Mas isso ainda não vai resolver o problema. Nós só vamos resolver efetivamente o problema angustioso e dramático da educação se nós, como ocorreu no Japão, exemplo que acaba de ser lembrado pelo nobre Senador Ronan Tito, destinarmos até 50% do Orçamento para a educação. Infelizmente, nobre Senador Jutahy Magalhães, essa batalha é extremamente difícil, porque nem sequer uma emenda que eu apresentei à Lei de Diretrizes Orçamentárias obrigando o Poder Executivo a enviar ao Congresso Nacional, juntamente com a proposta de orçamento, uma demonstração minuciosa de como cumpriu o art. 60, uma demonstração minuciosa, detalhada, circunstanciada, para usar vários adjetivos semelhantes. O meu artigo foi aprovado, essa minha emenda foi aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias e por mais incrível que possa parecer, foi vetado. Obviamente, vou tentar uma nova batalha: ver se será possível derrubar esse veto, que representa um golpe mortal em uma das iniciativas mais felizes da As-

sembléia Nacional Constituinte, que, através do art. 60, garante a erradicação do analfabetismo e muito mais do que isso, garante a universalização do ensino fundamental de 8 anos, no prazo de 10 anos. V. Ex^a está dando, como sempre, uma magistral contribuição para a solução do problema da educação. Aproveito a oportunidade para congratular-me também, com o Senador Ronan Tito, que desfralda uma nova bandeira, de inspiração nipônica, procurando destinar 50% do orçamento para a educação, exatamente como foi feito em 1858, no Japão, pelo Imperador Matsuhito, da dinastia Meiji. Graças a essa iniciativa, o Japão transformou-se numa potência mundial que desafiou os Estados Unidos, e hoje supera os Estados Unidos em vários setores da indústria. Muito obrigado pela oportunidade que me deu de participar do seu valioso e importante pronunciamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de fazer constar, no meu discurso, o aparte de V. Ex^a, a participação de V. Ex^a, que é o batalhador-mor desta Casa, na educação.

Quero dizer a V. Ex^a que tive a oportunidade de referir-me, no meu pronunciamento, exatamente a esse dispositivo das disposições transitórias, mostrando que, no Orçamento passado, chegaram a conclusão, na discussão, de que se essa norma fosse aplicada não teriam recursos para fazer o trabalho a que o Ministério se propunha. Na realidade, teria que a norma ser aplicada e se o Ministério tivesse dificuldades, que buscasse novos recursos.

V. Ex^a bem disse é uma batalha difícil, que até o veto, à simples demonstração da aplicação dos recursos tivemos que engolir. É difícil termos as condições. Uma preocupação que nós, no Senado, deveríamos ter e a de nos aperfeiçoar para isso, a de fazer com que tivéssemos, aqui, condições de buscar as informações corretas a respeito da aplicação orçamentária e se as normas Constitucionais estão sendo atendidas.

Tive a oportunidade também, na discussão deste meu pronunciamento, de mostrar que ontem, em conversa com os Assesores aqui da Casa, para um pronunciamento que pretendo fazer na próxima semana, a respeito do Nordeste, eles não tinham condições de obter os dados necessários para saber se as normas constitucionais de aplicação dos recursos no

Nordeste estão sendo atendidas, porque não dão as informações, recusam-se a dar essas informações. É difícil para nós. Nós não estamos ainda totalmente aparelhados para saber como estão sendo feitas essas transferências de recursos.

O SR. RONAN TITO — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. RONAN TITO — Nós estamos também assistindo, aqui no Congresso Nacional, após a Assembleia Nacional Constituinte, a uma anomalia ou a uma tolerância exagerada, no que diz o nosso Regimento Comum, em que o Orçamento tem, como sede, um ano, a Câmara dos Deputados e, no ano seguinte, o Senado Federal. Há alternância, no Regimento Comum. Por dois anos consecutivos, o Orçamento ficou na Câmara dos Deputados. Temos que estar alerta, porque não só o Orçamento tem que vir no próximo ano para o Senado Federal, como o Presidente deve ficar aqui no Senado. Não há nenhum menos cabo pela competência e pela capacidade da Câmara dos Deputados. No entanto, também, seria desconhecer o óbvio se não afirmássemos, aqui, que temos no Senado Federal, a começar do Prodasen equipamentos eletrônicos que nos darão muito melhores condições para fiscalizar a aplicação do Orçamento. E o que me fez pedir a V. Ex^a esse aparte foi a lembrança do trabalho que V. Ex^a fez junto ao Banco Central, a qual pude secundar, para a interligação do computador do Banco Central com o do Senado Federal. Se prosseguirmos o trabalho da iniciativa de V. Ex^a, não só para o Banco Central mas também para o Ministério da Economia, com certeza teremos como fiscalizar. Mas o primeiro passo que temos que dar neste sentido, salvo melhor juízo, seria lutar para que se faça cumprir o Regimento Comum, ou seja, que a Comissão de Orçamento venha para o Senado Federal e que o seu Presidente seja Senador, cumprindo, como eu já disse, disposição do Regimento Interno. A partir daí, podemos, então, prosseguir aquele trabalho iniciado por V. Ex^a, da interligação do serviço de computação, numa fiscalização com maior equidade da aplicação orçamentária. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade do aparte.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Ex^a tem razão quando lembra esse episódio em que V. Ex^a teve uma grande participação. Com o prestígio de V. Ex^a pude convencer o presidente Ibrahim

Eris a fazer esse contato com o Senado.

Ainda não chegamos a uma conclusão perfeita desse entrosamento, infelizmente, não sei bem as razões.

V. Ex^a lembra bem, eu tive a oportunidade de, convocada por V. Ex^a, dirigir-me apressadamente à Comissão de Orçamento, para levantar uma questão de ordem a respeito dessa norma regimental que estava sendo descumprida do episódio da reeleição da atual Mesa da Comissão de Orçamento. Espero que desta vez V. Ex^a, como Líder da maior Bancada do Senado, com a ajuda dos outros líderes, consiga fazer com que realmente o Regimento seja cumprido.

Peço aos dois Líderes, Senadores Ronan Tito e Jarbas Passarinho, a atenção para um fato que só as Lideranças terão condições de evitar que os recursos orçamentários sejam aplicados para a eleição de determinados parlamentares. Isso foi uma vergonha no meu Estado. E depende das Lideranças. V. Ex^a, Senador Ronan Tito, já teve uma participação muito grande para tentar evitar isso, mas aquilo que V. Ex^a procurou evitar voltou e nesta eleição, tivemos a comprovação do que se pode fazer com isso.

Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, que só agora está piscando a luz vermelha, pois já devo ter ultrapassado o recorde do Senador Jarbas Passarinho no dia de ontem.

O Senador Afonso Sancho chamou-me a atenção perguntou-me se eu tinha visto um programa de televisão — não sei se foi o "Bom dia Brasil", ou se foi outro com a presença do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. S. Ex^a teria, segundo informações, do Senador Afonso Sancho, declarado a possibilidade da anulação da eleição no meu Estado, por causa da suspeição do Tribunal Regional Eleitoral. Veja V. Ex^a a que ponto chegamos. Somos realmente um Estado *sui generis*. Gostaria de ver o Estado proclamar um vencedor, mas vencedor com uma vitória obtida honestamente. Isso não será possível.

Sr. Presidente, quero deixar aqui este ponto de interrogação: será que chegaremos a tanto? Espero que não.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — A Presidência, ao congratular-se com o ilustre orador e seus não menos ilustres aparteantes, registra, com satisfação, o tema e o tratamento que lhe foi dado nesta manhã. Regozijo-me sempre, porque passei a denominar as sessões as sextas-feiras, pela manhã, de verdadeiras tertúlias, onde os assuntos mais importantes são tratados. Os Companheiros podem imaginar a frustração deste velho educador, que educador é desde 1934/35 — alguns dos Srs. Senadores ainda não tinham nascido — por ficar emudecido aqui. Mas ouvi tanto e tão boa coisa que me sinto recompensado.

Informo ao nobre Senador Jutahy Magalhães que S. Ex.^a não ultrapassou o recorde do Guinness Book do Senador Jarbas Passarinho.

Com a palavra o nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso:) — Sr. Presidente, Srs. Senadores inicialmente, desejo congratular-me com o eminente Senador Jutahy Magalhães, pelo brilhante discurso que acaba de pronunciar, referente ao problema educacional no País. E não só o seu discurso, mas também dos apertes que recebeu de eminentes senadores que apoiaram o seu oportuníssimo pronunciamento, ao qual me associo, eminente Senador Jutahy Magalhães, com a maior satisfação.

Sr. Presidente Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa para abordar um tema que, apesar da importância, da complexidade e da problemática de que se reveste, ainda não mereceu a atenção das duas Casas do Congresso Nacional. Tem sido feito vista grossa a respeito desse problema que parece mas não é insolúvel: a insegurança do trânsito.

O Brasil tem quatorze milhões de veículos que circulam disciplinados por dezoito leis federais, uma emenda constitucional, seis decretos, doze decretos-leis, dois decretos-legislativos e setecentas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito. São regulamentações que perderam a harmonia do conjunto e tornaram-se desatualizadas, ineficazes, benevolentes e inadequadas.

Apesar de toda essa regulamentação, o trânsito do Brasil é um dos que mais mata e mutila impunemente em todo o mundo. Nova Iorque tem mais veículos e menos acidentes do que São Paulo, detentor de 56%

da frota nacional e que mata sete vezes mais do que o trânsito da cidade de Tóquio, por onde circula o dobro de veículos.

Em viagem ao exterior, pude observar o contraste entre a nossa realidade e a de outros países, quanto aos cuidados e ao respeito à vida humana. Comprovei o quanto ainda somos selvagens e mal-educados em matéria de trânsito.

É inadmissível, Sr. Presidente, que um País como o nosso, a oitava economia do mundo, apesar do índice de desenvolvimento científico e tecnológico, um dos países mais avançados em matéria de comunicação e informática, seja recordista de mortes nas ruas e nas estradas, absolutamente evitáveis.

As nossas estatísticas são por todos conhecidas: 1 milhão de acidentes, 50 mil mortos, 350 mil feridos e um prejuízo anual de mais de 1 bilhão e meio de dólares nos orçamentos domésticos, Previdência Social e, no conjunto, à própria economia nacional. Não estão aí incluídos o sofrimento e as lágrimas das famílias enlutadas.

O que fazer para reverter essa tendência crescente de acidentes, quando as causas não dependem exclusivamente do Governo? Os acidentes de trânsito no Brasil são, ainda, responsáveis por 64% das internações hospitalares e 63% das cirurgias de ortopedia e traumatologia. O que fazer, sobretudo sabendo-se que, segundo artigos de especialistas, 50% dos sinistros são atribuídos a motoristas alcoolizados? Isto nos causa revolta.

O Detran do Distrito Federal, com base em pesquisa sobre o ano de 1983, concluiu que o comportamento do motorista, a perda do controle da direção e o excesso de velocidade foram responsáveis por 95% dos casos estudados. Assim, são quatro os fatores causadores de acidentes: o motorista, o veículo, o pedestre e a estrada, em suas condições técnicas ou estado de conservação.

Às vezes, a própria estrada é, potencialmente, a causadora do acidente, quando associada a outros fatores. O Eixão de Brasília tem sido permanentemente denunciado como um erro histórico, em sua concepção original: uma pista de alta velocidade cortando ao meio a cidade, sem dispositivos eficientes e adequados de segurança para passagem dos pedestres.

A chamada Ponte dos Estudantes, que interliga a L-2 Norte e a Esplanada dos Ministérios, segundo Charles Whight, técnico em planejamento de transportes e autor de aprofundado estudo sobre "a morte no trânsito", pode ser considerado o viaduto mais patológico do mundo, com o afunilamento de duas pistas em uma e, logo em seguida, a redução das três faixas em uma e meia, numa curva de 45 graus, o que se transforma em verdadeira armadilha para inocentes, incautos e imprudentes.

Por questão de justiça, registro que o atual Governo do Distrito Federal vem desenvolvendo medidas fiscalizadoras e de prevenção de acidentes. O patrulhamento no Eixão, segundo dados publicados, reduziu em mais de 50% o número de acidentes nestas vias perigosas do Distrito Federal. Mas sabemos que, embora louváveis, tais medidas não resolvem definitivamente o problema.

Os Estados Unidos têm o dobro da população brasileira e dez vezes mais carros. Entretanto, temos no Brasil duas vezes mais acidentes. E não se diga que o Governo não tem tomado iniciativa, visando a minorar essa situação. Há cerca de 12 anos, iniciaram-se os programas de educação para o trânsito nas escolas. O atual Governo criou, há pouco tempo, o Programa Nacional de Segurança no Trânsito, do qual não temos ainda estatística suficientes para avaliação. O Governo também considerou 1990 como "o Ano Brasileiro da Segurança no Trânsito", e várias empresas privadas já aderiram à campanha, investindo razoável soma de recursos na divulgação e na conscientização de medidas preventivas.

Além da falta de uma postura positiva e responsável dos motoristas e de cada cidadão, paira na sociedade uma consciência de impunidade, relativamente aos crimes e infrações do trânsito.

O Anuário Estatístico do IBGE * de 1986, em sua seção de "Justiça e Segurança Pública", mostra que, em 1985, das 253 mil prisões efetuadas, 9 mil por condenação judicial, não constam entre os motivos determinantes dessas prisões os crimes de trânsito.

Diz-se do delinqüente de trânsito que "for envolvido num acidente" e não em "crime de trânsito".

No exterior, o uso do cinto de segurança é uma norma que todos respeitam e são punidos se não o utilizarem. No Bra-

sil, a resistência de pessoas a determinada medida legal preventiva chega às raias do absurdo. Um juiz concedeu liminar a mandado de segurança impetrado por um advogado, de Brasília que, multado, recusava-se a aceitar a multa e a usar o cinto de segurança, "por considerá-lo uma limitação arbitrária e ilegal à sua liberdade de andar desamarrado em seu próprio carro".

O Sr. Carlos Patrocínio - Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA - Pois não. Ouço, com prazer, o aparte de V. Ex.^a eminente Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio - Nobre Senador Lourival Baptista, V. Ex.^a aborda um tema de fundamental importância para a sobrevivência da população brasileira. Os dados estatísticos estão aí substancialmente apresentados e o termo comparativo com os Estados Unidos já faz ver que o sistema de trânsito nacional é verdadeiramente caótico. Basta dizer que, como V. Ex.^a assegurou, os Estados Unidos têm o dobro de carros que circulam no nosso País e tão-somente a metade dos acidentes. Sabemos das inúmeras causas, também enumeradas por V. Ex.^a, responsáveis pelos acidentes de trânsito no nosso País, quase sempre fatais, mas temos a certeza de que a principal causa está no motorista. Antigamente, os veículos não tinham tanta segurança. Quebrava-se a barra de direção em colisões. Já vi, quando criança, vários acidentes com caminhões pau-de-arara, quando morriam quase todos os passageiros daquele caminhão. Hoje, os carros têm mais segurança, as pistas têm mais segurança, mas o motorista não está sendo punido conscientemente. Então, como V. Ex.^a acaba de dizer, o problema que transforma o Brasil num país campeão em acidente de trânsito é a impunidade. Não existe nenhuma prisão ou nenhuma pena mais austera com relação aos acidentes de trânsito, aos crimes ocorridos no trânsito. Chamamos de crimes porque podem não ser voluntários, mas, às vezes, fica patenteada a irresponsabilidade do motorista. Evidentemente, o nosso pedestre é muito mal-educado e contribui para esse índice de acidentes em nosso País. Portanto, creio que V. Ex.^a também haverá de apresentar algumas soluções em seu belo pronunciamento. Mas esse é um problema que compete ao Congresso Nacional procurar resolver, principalmente alertando as autoridades do nosso País, para que os

crimes de trânsito não se tornem sempre impunes, como vem acontecendo.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA - Grato a V. Ex.^a, eminente Senador Carlos Patrocínio, pelo seu aparte, que muito enriquece o meu pronunciamento. V. Ex.^a disse uma verdade: a impunidade. Existe, na verdade - podemos dizer -, uma guerra de atropelamentos. Estou com V. Ex.^a quando diz que, muitas vezes, o responsável, o maior responsável, é o motorista. Muitos deles, viajam completamente embriagados. E isso faz com que aconteça o que tem acontecido, ou seja, lares perdendo os seus chefes, perdendo seus filhos e assim por diante. É algo desolador em nosso País, quando isso não existe em outros países mais avançados, mais educados que o nosso.

Também há o problema da Justiça, que não dá o suficiente apoio àquelas causas que lhe são apresentadas.

Sou grato a V. Ex.^a pelas suas palavras, pelas sugestões que deu e as levarei em consideração.

Outro fato pitoresco, porém evidente sintoma de impunidade, foi revelado pelos jornais. Resultados apurados pelos computadores do Proderj, no primeiro semestre de 1988, relacionaram, entre os carros mais multados do Rio de Janeiro, dois caminhões do supermercado "Pingo Doce", de propriedade de um português. Esses veículos, juntos, têm 1.041 multas, ainda não pagas. Os 3 milhões de multas ainda não pagas no Rio de Janeiro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, somavam, em 1988, 120 milhões de cruzados novos, dinheiro que, na época do levantamento, daria para comprar 10 mil carros tipo Gol ou 3.600 ambulâncias.

É verdade que o fatalismo, a impunidade, a inoperância e também a morosidade da Justiça, nesses casos, criem situações de inércia crônica relativamente a medidas e iniciativas que visem a mudar esse quadro dramático em que nos encontramos em matéria de trânsito.

Não se pode desconhecer que algumas raízes do problema têm origem em três fatores básicos: no rápido e desorganizado processo de urbanização; na prioridade que se deu, no Brasil, ao transporte individual sobre o coletivo, e da prevalência do transporte rodoviário sobre outros meios de transporte, como o ferroviário, por exemplo.

Hoje em dia, o Brasil anda sobre rodas e as nossas estradas estão cada vez mais saturadas e perigosas devido à convivência do transporte de passageiros com o transporte de carga que, em grande parte, poderia ter sido desviado para ferrovias, se as tivéssemos suficientes.

O trânsito, no Brasil, vem matando, por ano, mais gente do que as principais endemias e todas as guerras e revoluções de que participamos. O próprio Vietnã, em dez anos de conflito, não vitimou tantos americanos quanto os brasileiros que morrem por ano nas nossas ruas e estradas, devido a problemas globais do trânsito. É necessário que tenhamos consciência desse grave problema e busquemos soluções para equacioná-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Odacir Soares - João Menezes - Jarbas Passarinho - Carlos Patrocínio - Antonio Luiz Maya - João Lobo - Mauro Benevides - Marco Maciel - Ney Maranhão - Mansueto de Lavor - Lourival Baptista - Luiz Viana Neto - João Calmon - Ronan Tito - Antonio Alves - Mendes Canale - Leite Chaves - Márcio Berezoski - José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Sobre a mesa, comunicações que vão ser lidas pelo Sr. 1.^o Secretário.

São lidas as seguintes

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 do corrente, para, como representante do Grupo Brasileiro, participar da 84.^a Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações. - Senador Leite Chaves.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 do corrente, para, como representante do Grupo Brasileiro, participar da 84.^a Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações. -
Senador Cid Sabóia
Carvalho.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 do corrente, para, como representante do Grupo Brasileiro, participar da 84ª Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações, Senador Humberto Lucena.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 do corrente, para, como representante do Grupo Brasileiro, participar da 84ª Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações, Senador João Lobo.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a, de acordo com o disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 20 do corrente, para, como representante do Grupo Brasileiro, participar da 84ª Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações. - Senador João Menezes.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 15 do corrente, por 20 dias, para, devidamente autorizado pelo Senado, na forma do art. 32, III, § 3º, do Regimento Interno e 55, III, da Constituição, participar da 84ª Conferência Interparlamentar, em Punta del Este, Uruguai.

Atenciosas saudações. - Senador Rachid Saldanha Derzi.

Em 12 de outubro de 1990.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a e ao Plenário que nesta data desligo-me do PMDB, permanecendo sem vinculação partidária até posterior deliberação.

Cordialmente, - Senador Leite Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - As comunicações lidas vão à publicação.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 257, DE 1989 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1989 - Complementar, de iniciativa da Comissão Diretora, que define a hipótese de "relevante interesse público da União", para os fins previstos no art. 231, § 6º, da Constituição, tendo

PARECER, sob nº 281, de 1990, da Comissão

- Diretora, oferecendo a redação do vencido.

Discussão do substitutivo, em turno suplementar. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

O substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o substitutivo aprovado.

Redação do vencido para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 257, de 1989 - Complementar, que define a hipótese de "relevante interesse público da União", para os fins previstos no art. 231, § 6º, da Constituição.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Para fins de aplicação do disposto no § 6º do art. 231 da Constituição, caracterizam relevante interesse público da União:

I - perigo iminente de agressão externa;

II - ameaça de grave e iminente catástrofe ou epidemia;

III - necessidade de exploração de riquezas naturais imprescindíveis à soberania ou ao desenvolvimento nacional, inexistentes em outras regiões do País, ou, caso existentes, impossíveis de serem explorados nas condições técnicas então conhecidas.

Parágrafo Único. Nas hipóteses previstas neste artigo, que impliquem a perda da ocupação, do domínio e da posse da terra, o poder público é obrigado a repor estas terras com equivalência ambiental e de área. Quando a perda for de parte da área, a reposição será em terras contíguas à remanescente.

Art. 2º Quando se configure relevante interesse público da União, com base nos critérios definidos no artigo anterior, o Poder Executivo procederá ao levantamento do caso e o encaminhará imediatamente ao Congresso Nacional.

§ 1º O Congresso Nacional decidirá se é o caso de relevante interesse público da União, autorizando os atos do Poder Executivo e determinando cautelas e providências necessárias.

§ 2º Reconhecido o relevante interesse público da União, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com os resultados do levantamento, os estudos relativos à área de que trata o parágrafo Único do art. 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 12-10-90 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O Sr. Jutahy Magalhães - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB - BA. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de saber se chegou alguma resposta a esta Casa dos diversos requerimentos que apresentei a vários Ministérios, tais como: Ministério do Exército, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Infra-Estrutura, Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e Secretaria da Presidência da República, porque apenas um desses Ministérios, o das Relações Exteriores, entrou em contato comigo ontem, solicitando um prazo um pouco mais dilatado, em razão daque-

ias negociações que estavam sendo efetivadas — e graças a Deus com êxito — para a retirada dos brasileiros do Iraque.

Então, como o prazo de 30 dias termina domingo, dia 14, gostaria de saber se chegou a resposta daquele Ministério a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — No momento, a Presidência não tem condições de informar a V. Ex.^a A assessoria está procurando verificar. Entretanto, se o prazo estiver esgotado, sem que haja qualquer providência, caberá, evidentemente, adotar as consequências legais que a matéria comporta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Exatamente por isso, Sr. Presidente, procuro sempre fazer meus pronunciamentos, meus requerimentos, sem nenhuma preocupação de estabelecer uma divulgação escandalosa a respeito das questões; e faço também questão de que a instituição seja respeitada.

Por isso, apelo aos Srs. Assessores Parlamentares, representantes aqui desses diversos Ministérios, no sentido de que chamem a atenção dos seus chefes para o término do prazo no dia 14.

Peço atenção, especialmente, aos assessores parlamentares dos seguintes Ministérios: do Exército, da Aeronáutica, da Infra-Estrutura, da Economia, Fazenda e Planejamento e da Secretaria da Presidência da República, no sentido de que esses assessores parlamentares diligenciem para que as respostas cheguem aqui em tempo, para evitarmos tomar certas decisões que não gostaríamos, estou certo, se transformassem em necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Esteja V. Ex.^a certo de que esta Presidência tomará todas as medidas para a preservação da dignidade da Instituição. Conte V. Ex.^a com nossa solidariedade absolutamente sem qualquer limitação.

A Assessoria informa à Presidência que nenhum dos requerimentos a que V. Ex.^a se refere, nenhum deles chegou a ser respondido até esta data; o prazo expira domingo. Esperaremos a segunda-feira, nobre Senador Jutahy Magalhães, para extrair as consequências legais do fato.

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Odacir Soares.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ODACIR SOARES NA SESSÃO DE 12-10-90 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo Colômbio, através da Portaria Interministerial nº 477, de 15-8-90, apresentou uma política agrícola para o País.

O Governo quer, antes de tudo, reorientar o padrão de crescimento agrícola. Somos um País agrícola, mas a política para o setor deixa muito a desejar. O crescimento agrícola é um imperativo. Mas não basta crescer. O campo tem que estar de mãos dadas com a cidade. Esta precisa daquele para ser alimentada. Essa necessidade nasce do fato de a cidade ser mais habitada do que o campo. E mais, como a indústria transforma os produtos agrícolas, uma articulação maior entre campo e indústria se faz necessária.

Há no pacote agrícola do Governo novidades importantes. Luta-se pela preservação do meio-ambiente e regionalizam-se as metas incorporando-as à preservação do meio ambiente. Com isso, o Governo busca corrigir e superar distorções existentes no setor. Até hoje a vida agrícola do País se horizontalizou, isto é, fixou-se na multiplicação das culturas, não resolvendo, com isso, o problema da produção. Verticalizando-se o setor, isto é, integrando a agricultura com a indústria e esta com aquela, modernizando, assim, as estruturas integradas de produção com circulação de bens, com os serviços agrícolas e com os serviços agroindustriais, a produção será necessariamente maior.

Há no pacote medidas específicas. A primeira regionaliza e eleva os preços mínimos em termos reais. Os preços mínimos serão aumentados em até 50%. A nova safra terá um recurso de trezentos e cinquenta bilhões de cruzeiros, os juros para o crédito rural serão reduzidos, as alíquotas tarifárias para a importação de insumos, fertilizantes e equipamentos agropecuários serão diminuídos em 50%.

O pacote, em princípio, é bastante positivo, cria novos espaços para a iniciativa privada, livra o produtor rural da regulamentação e moderniza e integra a agricultura. (Cf. Editorial Folha de S. Paulo — Pacote Agrícola, de 16-8-90).

O Pacote Agrícola, Sr. Presidente, anuncia muito mais. Volta-se para o problema agrícola, tentando desatar o nó que nos amarra por tantos anos, determina, assim, a aplicação de quatrocentos e oitenta e cinco milhões e quatro bilhões de cruzeiros para o custeio, investimento e comercialização de produtos agrícolas para a próxima safra. Sua preocupação maior é com a produção de alimentos básicos, estimulando-a, reajustando em 43% o preço mínimo do arroz, feijão e mandioca, na safra de 1990/1991. Os produtores de feijão e mandioca terão um adiantamento de 100% do valor básico de custeio (VBC). E terá adiantamento de financiamento de custeio quem plantar milho e arroz.

Sr. Presidente, na última safra, colheram-se dez milhões de toneladas de grãos a menos. O que o Governo quer (e nós também) é livrar o País de qualquer ditadura de importação de alimentos, já em 1991. Para exorcizar tal fantasma, é preciso produzir mais, evitando o déficit de colheita. Daí querer o Governo levar para o campo a modernização e a competitividade, fazendo que adote mecanismo de mercado. É por isso que o Estado quer deixar de ser executor da Política Agrícola. Não vai garantir mais preços mínimos. Tal garantia será substituída gradativamente pela livre concorrência. Exporta-se, assim, para o campo o capitalismo para que o campo seja mudado. Não terá mais o Estado o monopólio sobre a comercialização e distribuição de vários produtos oligopolizados, como o trigo. O trigo será comercializado diretamente entre o produtor e os moinhos. Até agora tal iniciativa era exclusiva do Estado. Esse monopólio estatal, o Governo acabou através de medida provisória. Armazenamento, transporte e entrega têm sido ônus do Estado. Nisso o Governo investiria um bilhão de dólares nos próximos quatro anos. Em vez desse gasto astronômico, o Governo promoverá ajustes estruturais para sintomizar a oferta com a demanda. Instalará parques agroindustriais nas próprias regiões produtoras. Para diminuir e muito o preço do transporte, as indústrias comprarão diretamente a matéria-prima. Os produtores e industriais é que arcarão com

as despesas de armazenamento. Assim a iniciativa privada terá hegemonia. Os agricultores serão empresários rurais, produzindo e comercializando suas safras dentro da competição sadia do capitalismo.

Se houver superávit de produção, o Governo compra-la para que os produtores não quebrem. E se a produção for aquém do previsto, por qualquer razão, climática entre outras, o Governo importará com tais medidas, o Governo opera colher, já na próxima safra, quatro milhões de toneladas de grãos.

Sr. Presidente, ao lado desse problema agrícola, existe um outro paralelo, mais prático, mais existencial, mais imediato. Trata-se da merenda escolar. A merenda é uma das respostas a um certo problema social, que é a criança faminta na escola. É sabido que uma grande parte do mundo infantil come pouco e come mal. Milhares de crianças que freqüentam escolas, se almoçam não jantam, e se jantam não tomam o café da manhã. Daí a necessidade da presença do Governo nesse ângulo social: a merenda escolar. Tal atividade governamental merece o aplauso e o apoio de todos. Mas o que foi criado para solucionar uma injustiça, às vezes, infelizmente, se torna fonte de corrupção.

Segundo o *Correio Braziliense* de 19 de agosto deste ano o Prefeito de Vitória, Dr. Vítor Bualiz, não vai mais permitir a inclusão de enlatados na merenda escolar municipal. Teme ele que tais enlatados provocam sérias doenças nas crianças. Médico naturalista que é, prefere uma alimentação à base de legumes e frutas, além de carnes e ovos. A prefeitura irá buscar tais produtos, se necessário for.

O Prefeito toma tal posição porque "toneladas de almôndegas enviadas pela fundação de amparo ao estudante (FAE) destinadas à merenda escolar estavam estragadas". Suas embalagens estavam adulteradas. O produto foi fabricado pela empresa gaúcha Odevich. O Ministério da Saúde foi avisado do acontecido, cobrando o Prefeito uma "investigação rigorosa da parte do Governo".

A revista *IstoÉ/Senhor*, em seu número 1.086, de 11 de julho deste ano, traz a acusação de que a FAE tem um rombo de sete bilhões e sete milhões de cruzeiros. Rombo proveniente de "licitações viciadas, comissões para atravessadores e privilégio de fornecedor

res que ofereciam preços mais altos nas concorrências".

Sr. Presidente, há um projeto meu, (PLS 38/90) tramitando pelas comissões, regulamentando o art. 23, inciso VIII, da Constituição. Nesse projeto, entre outras coisas, defendo no art. 1º que "os órgãos da Administração pública federal direta, indireta e fundacional, responsáveis pelo desenvolvimento de programas sociais de distribuição subsidiada ou gratuita de alimentos, farão suas compras dos referidos alimentos na campanha nacional de abastecimento - CONAB".

Em certa parte da minha justificativa, assinalo que "é imperativo que fique sob a coordenação de um único organismo as funções de comprar para os diversos programas sociais do Governo na área de alimentos".

Trouxe esse paralelismo à baila, Sr. Presidente, para dizer que estou convencido de que se os programas de alimentação de que o Governo é responsável forem unificados, acontecimentos como os da prefeitura de Vitória e os escândalos de que falou a revista *IstoÉ/Senhor* trouxe a público, poderão não acontecer, apesar de eu estar convencido com o dizer de Santo Agostinho que afirma: "onde há homem, há miséria".

Sr. Presidente, como homem do campo e do Nordeste, fico realmente feliz com a determinação do Governo de providenciar uma Política Agrícola para o País, mas uma política baseada no vigor empresarial da livre iniciativa, dentro de um capitalismo moderno, fazendo com que a produção, no caso, seja a grande meta para o bem social e enriquecimento de nosso País.

Tenho dito, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo, para uma comunicação.

O SR. JOÃO LOBO (PFL - PI. Para uma comunicação.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para uma breve comunicação. Não tomarei muito tempo, a sessão já está chegando a seu término, mas eu queria apenas comunicar à Casa que, ontem, em companhia do Prefeito da minha cidade, Prefeito José Leão, e Presidente da Associação dos Prefeitos Piauienses e do Prefeito de Parnaíba, as duas maiores cidades do meu Estado, procurei o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, para

encaminhar-lhe um pedido de quase todas as prefeituras do meu Estado, no sentido de que seja pedida a intervenção no Estado do Piauí, contra o Sr. Governador, que mantém sem pagamento o ICMS de todas as prefeituras piauienses. Há três meses o Governador do Estado do Piauí não repassa às prefeituras piauienses o ICMS. Dizem as más línguas que S. Ex^a usou esse dinheiro para eleição dos seus candidatos.

O fato, Sr. Presidente, é que a situação das prefeituras piauienses é absolutamente calamitosa, vez que esse ICMS representa, em média, 45% da arrecadação das prefeituras. Pedimos ao Sr. Procurador Aristides Junqueira que formulasse junto ao Supremo Tribunal Federal pedido de intervenção no Estado do Piauí por falta de cumprimento de dispositivo constitucional, por parte do Governador do Estado. Esperamos que a Justiça aja com brevidade, com ligeireza e com rigor contra um Governador, que, além de ter provocado o fechamento do Banco do Estado do Piauí, agora mantém na miséria as prefeituras piauienses.

Era esta a comunicação que pretendia fazer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 37, DE 1990

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 376, e, do Regulamento Interno.)

Discussão, em turno Único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1990 (nº 131/89, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica e do protocolo complementar ao Acordo de Cooperação Científica, técnica e Tecnológica, celebrados em Maputo, em 1º de junho de 1989, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique (dependendo de parecer).

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 166, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto nº 166, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, que regulamenta o art. 174, §§ 3º e 4º da Constituição (dependendo de parecer).

3

PROJETO DE LEI DO DF

Nº 55, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do DF nº 55, de 1990, de iniciativa do Governador do Distrito Federal, que cria a carreira Assistência Jurídica das fundações públicas do Distrito Federal e seus cargos, fixa os valores de seus vencimentos, e dá outras providências (dependendo de parecer).

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 47, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1990, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre a realização de concurso público para o preenchimento de cargos para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e determina outras providências (dependendo de parecer).

5

OFÍCIO Nº S/45, DE 1990

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Ofício nº S/45, de 1990 (nº 13.926/90, na origem), relativo à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, 5.125.000.000 (cinco bilhões e cento e vinte e cinco milhões) de Letras Financeiras do Tesouro

daquele Estado (LFT-RS).

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE Nº 205,

DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.973-7, resolve aposentar, voluntariamente, CRISPIM NUNES DE ALMEIDA, Analista Legislativo, Área de Segurança, Classe "1a", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 517, inciso III, 490, 492, e 448, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Edição Atualizada — 1989) e artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de outubro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 206,

DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01.1832/90-8, resolve aposentar, voluntariamente, JOSÉ BENÍCIO TAVARES DA CUNHA MELO, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo, Código DAS-102.3, da Parte Suplementar do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 515, inciso II, 516, inciso I, 517, inciso VI, 490, e 488, 492, § 4º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 11 de outubro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 207,

DE 1990

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, da Comissão Diretora, resolve exonerar, a pedido CARLOS ALBERTO BEZERRA DE CASTRO, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão III, do Quadro Permanente, do cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Engenharia, código SF-DAS-101.4, do Quadro Permanente do Senado Federal.

Senado Federal, 12 de outubro de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DE ASSUNTOS

ECONÔMICOS

Ata da 13ª, Reunião, realizada

em 11 de setembro de 1990

Às dez horas do dia onze de setembro de mil novecentos e noventa, na sala de reuniões da Comissão, Aia Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Severo Gomes, com a presença dos Senhores Senadores: Francisco Rollemberg, Nabor Júnior, Jorge Bornhausen, Afonso Sancho, Leite Chaves, Ronaldo Aragão, Mauro Benevides, Fernando Henrique, Jarbas Passarinho e Jutahy Magalhães, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Meira Filho, Mansueto de Lavor, João Calmon, Márcio Lacerda, Aluizio Bezerra, Ronan Tito, Cid Sabóia, Edison Lobão, Odacir Soares, Marcondes Gadelha, Márcio Bezozski, Teotônio Vilela Filho, Sílvio Name, Olavo Pires, Gilberto Miranda, Roberto Campos, Moisés Abrão, Maurício Corrêa, Raimundo Lira e Jamil Haddad. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à exposição do embaixador Jório Dauster, sobre Dívida Externa. Em seguida, o Senhor Presidente confere a palavra ao Embaixador Jório Dauster,

para que teça suas considerações a respeito do tema. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que desejam interpellar o Embaixador Jório Dauster. Participam dos debates, os Senhores Senadores: Fernando Henrique, Leite Chaves, Ronaldo Aragão, Afonso Sancho, Jorge Bornhausen e Jutahy Magalhães. Não havendo mais quem queira usar a palavra o Senhor Presidente agradece a presença do Embaixador Jório Dauster e designa o Senador Fernando Henrique relator de um Projeto de Resolução que de conformidade com o artigo 52 da Constituição "estabeleça condições para o pagamento da dívida externa". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dirceu Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Senador Severo Gomes, Presidente.

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1990, ÀS DEZ HORAS, REFERENTE À EXPOSIÇÃO DO EMBaixador JÓRIO DAUSTER, NEGOCIADOR DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA, SOBRE A RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE SENADOR SEVERO GOMES.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Srs. Senadores, está aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para tratar do que dispõe a nossa Constituição com relação à dívida externa. É o item 7 do art. 52, que dispõe sobre o que é privativo do Senado Federal:

Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal."

Além do que reza o item 5:

"Autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios."

Convidamos o Embaixador Jório Dauster, que é a pessoa encarregada da negociação da dívida externa, para debatermos essa questão importantíssima, de tal modo que haja maior informação por parte desta Comissão na tomada de suas decisões.

Com a palavra o Embaixador Jório Dauster.

O SR. JÓRIO DAUSTER — Exm^a Sr. Senador Severo Gomes, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores:

É uma grande honra para mim poder estar aqui, nesta Comissão do Senado, e trazer uma palavra do Executivo com respeito à negociação da dívida. É evidente que a Constituição de 1988 estabeleceu obrigações ainda maiores para o Parlamento no que tange à dívida, e acredito que é um desenvolvimento muito bem-vindo, uma vez que esse é um problema de caráter nacional e a sua solução deve passar pelas Casas do Congresso, que são a representação maior da sociedade brasileira.

E é exatamente esse o espírito que posso transmitir, por parte do Executivo, que é o da busca de uma cooperação muito estreita, sobretudo com o Senado Federal, pois esses dispositivos da Constituição que acabaram de ser mencionados pelo Senador Severo Gomes mostram de forma nítida, que o Senado tem uma presença na ida, ao estabelecer os limites e as condições para negociação, e no retorno, ao avaliar o trabalho — esse sim, natural e intransferível do Executivo —, que é conduzir a negociação. Mas é com esse espírito de total abertura, de busca da mais íntima cooperação que venho, por instruções da Ministra Zélia Cardoso de Mello, a esta Comissão.

Obviamente, estou nas mãos de V. Ex^{as} sobre o tipo de exposição, pronto a responder perguntas. Mas faria, meramente à guisa de introdução, já que esta é uma Casa que conhece profundamente o problema da dívida, pois já o discutiu seguidas vezes e com alentados trabalhos, com relatórios extremamente importantes, creio que seria desnecessária uma exposição mais alongada sobre a gênese da dívida. É o mais importante — eu diria — seria fixar aqui a filosofia, os princípios que esta administração, este Governo pretende e já está imprimindo à negociação da dívida. O essencial é que tenhamos em mente que foi usado um determinado modelo, de 1973 até muito recentemente, no trato da dívida, e esse modelo fracassou.

Por que fracassou? Fracassou porque ele se baseava na tentativa de gerar megasuperávits comerciais que pudessem permitir o serviço da dívida sem uma maior reflexão, com respeito aos reflexos dessa política sobre economia nacional.

O que aconteceu, creio que pode ser resumido de forma relativamente simples, quando se leva em conta que, de 1983 a 89 — não estou incluindo, portanto, as cifras deste ano —, o Brasil simplesmente, no que tange à dívida, fez uma transferência líquida negativa de mais de 55 bilhões de dólares — repito — num prazo curto de oito anos —, e nem assim, conseguiu abater de forma significativa o volume da dívida, que tinha àquela época. É evidente que para fazê-lo o Brasil passou a ser então — e com cifras dessa natureza — um exportador de capital. País em desenvolvimento, por definição, é aquele que tem uma necessidade de investimento superior à sua poupança interna. E é por isso que desde os manuais de economia até a prática da história do desenvolvimento de países em condições semelhantes às do Brasil, é necessário contar com o aporte do capital estrangeiro, seja sob a forma de empréstimo, seja sob a forma de investimento direto, a fim de complementar esta poupança interna que é, por definição, carente.

Ora, o que aconteceu é que o Brasil tinha vivido na década de 70 esse tipo de situação; haveria recebido esse aporte positivo do exterior, de forma discutível em termos do controle, em termos de suas utilizações, mas eu diria: certamente o Brasil — e isso é reconhecido em todos os povos internacionais — talvez tenha sido o País que deu a melhor utilização ao seu endividamento. Outros países há em que não é possível, de fato, reconhecer aonde foi o dinheiro; muitas vezes esse dinheiro entrava e saía logo depois, por um passe de mágica em que, de fato, havia uma ivasão de capitais nacionais; outros utilizar esses recursos para gastos militares e, a maioria, eu diria, para sustentar um nível de consumo superior à capacidade do País.

No caso do Brasil, se houve investimentos de monta nós temos aí toda uma base energética que, em larga medida, foi implantada com base nesses recursos. E creio que temos, quando nada, a confiança de que a totalidade desses empréstimos não foi desbaratada ou malbaratada.

Mas, isso é uma questão de avaliação que escapa, eu diria, ao propósito desta reunião, e eu retornaria a esta condição fundamental: o Brasil se transformou em maciço exportador de capitais, quando as carências internas sociais e econômicas, inclusive cada vez mais em termos de infra-

estrutura, são absolutamente evidentes. E essa situação não pode prosseguir, sobretudo porque, para gerar esse megasuperávit comercial sistemático, o Brasil teve que aplicar uma série de políticas que tiveram como resultado final, essas condições que representavam a década perdida: -baixo investimento, baixo crescimento - na verdade, estagnação em termos de produto per capita e uma tendência insuperável para a hiperinflação.

Mas, por que isso? Porque, primeiro, nós buscamos estimular as exportações, lançando mão de subsídios que evidentemente têm um efeito fiscal: são recursos colocados pelo Tesouro à disposição de determinados setores da economia. Usamos isenções fiscais: também têm um impacto sobre o balanço do setor público, uma vez que reduzem a receita-arrecadação do Governo. Usamos manipulação da taxa de câmbio buscando desvalorizar o cruzeiro, para que as exportações ficassem mais rentáveis. Mas isso com óbvios impactos também extremamente perniciosos. Primeiro, porque o preço dos produtos importados aumentava e isso tinha, portanto, esse efeito sobre a economia. Mas, muito mais, o contravalor em cruzados novos da dívida externa aumentava, proporcionalmente a essa desvalorização forçada do câmbio.

No lado das importações, para mais uma vez buscar alargar esse superávit comercial, o País foi obrigado a recorrer à proibição de importação. Obviamente isto é a tarifa infinita que gera distorções extraordinárias. Com respeito praticamente à maioria das suas importações, manteve um sistema de alíquotas extremamente elevado, superiores a 100%, que se aproximavam, na prática, de uma proibição. E finalmente, tinha que usar toda uma série de entraves burocráticos através da extinta Cacex, para dificultar, de todas as formas, o processo importador.

O que isso significa? Obviamente, impacto direto sobre os preços, porque esses setores assim protegidos, salvaguardados de uma competição internacional salutar, podiam manter os preços que queriam, e ainda estão mantendo, apesar dos esforços agora renovados para quebrar essas situações. Porque, com esses índices de proteção, é óbvio que se criava um espaço extraordinariamente aconchegante para os oligopólios, para os cartórios, e isso tudo gerou uma estrutura industrial viciada, com uma

capacidade de competição cada dia menor.

Eu creio que essa profunda compreensão dos efeitos indiretos, em alguns casos - em outros, diretos - do modelo de geração do megasuperávit são fundamentais, porque o resultado final disso tudo era repleto - uma queda do investimento público, do investimento privado e, obviamente, estagnação econômica com inflação.

E o que nós vimos, inclusive, é que à medida em que esse modelo foi aplicado e gerando essas distorções, houve, inclusive, um estímulo à evasão do capital nacional. Então, hoje nós temos aí cifras que, obviamente, são impressionantes, ninguém pode saber com certeza qual o volume real de capital brasileiro que migrou, mas fala-se em algo na ordem de 30 bilhões de dólares.

Se nós levarmos em conta, ainda, que a própria rubrica de capitais do balanço de pagamentos foi também negativa ao longo desses 8 anos, ou seja, o capital estrangeiro que estava no Brasil saiu mais do que entrou, por quê? - porque caminhava para uma deteriorização inevitável - nós podemos dizer, grosso modo, que o Brasil, desde a eclosão da crise, em setembro de 82, teve uma evasão total da ordem de mais de 100 bilhões de dólares, o que é uma cifra absoluta extraordinária.

É óbvio que esse problema ainda foi agravado pelo fato de que ao longo do tempo, o Governo federal, a União, assumiu a maior parte dessa dívida. Hoje, 90% da dívida externa é de responsabilidade da União, aí incluídas as suas empresas estatais. Portanto, o que aconteceu é que se colocou um problema que já havia sido estudado nos anos 30, inclusive por Keynes, relativo às reparações de guerra na Alemanha. O problema é que quando a dívida é uma dívida do Estado é necessário, antes de fazer a transferência para o exterior em moeda forte, em dólares, em divisas, é necessário fazer uma transferência interna, porque o governo, obviamente precisa retirar recursos na sua moeda do setor privado, trazer para si, e com esses recursos é que ele compraria as divisas produzidas pelos seus exportadores.

Então, esse é o problema da transferência interna, que é uma pré-condição para a transferência externa.

Mas, como pode o Governo recolher esses recursos do setor privado? Isso já é problema,

porque ele está reduzindo a capacidade do setor privado de investir. Mas ele poderia fazê-lo teoricamente, através da manutenção de um superávit fiscal sistemático e naqueles volumes necessários para poder fazer a transferência externa. Ele poderia, obviamente, fazer um endividamento interno, através do lançamento de títulos, que pudesse absorver esses recursos do setor privado para, então, comprar os dólares e fazer a transferência externa. Mas acontece que esses dois recursos foram usados, mas o foram de uma forma crescentemente desorganizada, porque a própria sociedade brasileira, com as suas carências, não podia admitir a criação de um superávit fiscal permanente, da ordem de 4 a 5% do Produto Interno Bruto. É evidente que não havia espaço para isso. E o que houve foi uma competição desenfreada - eu diria até indisciplinada fiscal interna brasileira - gastos suntuários num Estado que inchou; uma série de despesas desnecessárias; pagamento aos fornecedores do setor público muito superior ao custo, ou seja, houve uma série de distorções que são as nossas, *made in Brazil*, e que não podemos dizer que a dívida externa é o começo e o fim de todos os nossos problemas, pois muitos deles foram criados por nós próprios e nós temos que admitir isso. Mas a combinação dessas distorções internas do Estado brasileiro com a necessidade de pagar a dívida conduziu a uma situação explosiva, que foi esse endividamento que acabou com o perfil de 24 horas, na medida em que se tentava rolar no over uma dívida que já se aproximava, inclusive, da dívida externa.

E é óbvio, então, que o Governo, no final, estava pagando a dívida externa com inflação porque ele emitia moeda, ou aumentava, de forma descontrolada, esse endividamento.

Esse, portanto, é o modelo que foi aplicado, e evidentemente é fácil criticar quando se tem a perspectiva do tempo, olhando para trás as coisas são bem mais simples, mas houve um aprendizado. Creio que não se deve criticar necessariamente aqueles que foram envolvidos nesse processo, porque no começo ele não era tão claro; ele se tornou óbvio agora.

E muito mais, quando se vê que isso não foi um acidente brasileiro. Muitos poderiam dizer: bom, mas isso foi incompetência, ineficiência do Brasil. Não, o problema é sistemático. Todos os países

endividados, sem exceção, que buscaram esse tipo de ajuste, caíram na mesma armadilha: queda de investimentos; queda de crescimento; em muitos casos, queda efetiva, há redução do produto interno, e uma tendência à hiperinflação, alguns deles já tendo lá chegado, como o Brasil também chegou.

E é, portanto, fundamental que haja essa compreensão mais clara do diagnóstico para que se possa sobre ele tentar construir uma nova solução.

E a solução que este Governo busca em primeira dívida, repito, a partir desse diagnóstico, estabelecer como elemento essencial da política as restrições de caráter fiscal e monetário internas, ou seja, a transferência interna passa a ter prioridade sobre a questão da transferência externa, que pode até vir a se tornar outra vez relevante no futuro. Mas, no primeiro momento, o que queremos estabelecer é a capacidade de pagamento do País sem o emprego de meios inflacionários, ou seja, sem emissão de moeda, ou sem endividamento interno. Porque já há essa compreensão também, até a nível de organismos internacionais que no passado tinham uma doutrina muito mais ortodoxa de que dívida interna e dívida externa, neste contexto, representam um único que têm vinculações evidentes.

Então, o Brasil está partindo dessa revolução de Copérnico. Ao invés de olhar o pagamento da dívida como um dado, alguma coisa ao qual toda economia tem que se ajustar, estamos fazendo essa inversão de perspectiva e dizendo: queremos, sim, honrar nossos compromissos, pagar a dívida.

O Brasil não repudiou a dívida externa. Mas que dívida externa? O que o Brasil pode pagar sem comprometer, primeiro, a estabilização financeira, que é um objetivo absolutamente prioritário sem o qual não haverá nenhuma esperança de recuperação, da credibilidade do crescimento do Brasil. E, num segundo momento, a recuperação desse crescimento, que foi abandonado. E para isso, é evidente que o Governo precisa salvaguardar, dentro de um orçamento equilibrado — pois isso é a condição para a estabilização financeira — recursos para investimento público, fazendo as correções de curso que está fazendo, abandonando setores onde já não cabia a sua participação, mas é evidente que existe uma dívida social extraordinária, que é muitas vezes superior a essa dívida externa, e que precisa ser atendida também

com a geração de recursos não inflacionários para aplicação em setores como saúde, habitação, saneamento e outros tantos.

Portanto, a visão do Governo, ao buscar a renegociação da dívida, é a de que não podemos, em nenhum momento, comprometer essa saúde financeira em termos de um controle e finalmente eliminação da inflação e a retomada do crescimento sustentado que passa pela recuperação do investimento público.

E, portanto, o que nós vamos pagar a todos os credores externos é aquilo que, dentro dessas premissas fundamentais, sobrar. Não mais e não menos.

Creio que essa posição é uma posição extremamente coerente, extremamente sólida, em termos conceituais, e é evidente que temos uma imensa responsabilidade, que não é só do Executivo, é uma responsabilidade da sociedade brasileira, de todos os seus representantes, inclusive do Parlamento, mostrar aos nossos credores externos que essa é uma determinação da qual não nos podemos afastar.

Dito isso, vamos para essa negociação sem qualquer espírito de confrontação, porque quem tem tranquilidade, quem tem a solidez de um argumento que está em condições de defender do ponto de vista técnico, não precisa bater na mesa, basta que a sua voz seja consistente, que seja uma voz mantida ao longo do tempo e que tenha retaguarda política interna, mais uma vez passando por esta Casa, para mostrar que não existe uma aventura e sim uma decisão de uma Nação para buscar solução definitiva, duradoura e satisfatória para sua dívida. Então, esse é o espírito não confrontacional, mas o espírito que nos levará a uma negociação extremamente dura, árdua, mas feita com altivez, com dignidade e, espero, com sucesso.

Agora, nos últimos dias, tivemos encerrada o que seria a primeira fase inevitável de qualquer processo negociador, qual seja o entendimento com o Fundo Monetário Internacional que é o órgão que tem, internacionalmente — e isso desde o imediato pós-guerra, no esquema Bretton Woods —, a responsabilidade de servir como o guardião do equilíbrio do balanço de pagamentos. Essa é a obrigação estatutária do Fundo, nós somos membros do Fundo e creio que durante muito tempo tivemos uma visão do Fundo Monetário de um bicho-papão e que não se justifica hoje o Brasil, que ao convidar o Fun-

do para vir aqui, e o convite é nosso, porque o País é soberano e o Fundo é uma instituição internacional, ao fazê-lo não estávamos desamparados, não estávamos perdidos no meio de uma tempestade. Não! Este Governo já tinha um programa econômico que já estava sendo aplicado e V. Ex^{as} verão — porque a Carta de Intenções e tudo o mais que este Governo negociar será de conhecimento público, a transparência é total — que essa Carta contém nada mais, nada menos, do que o programa de Governo, tal como executado até aqui e tal como se deseja executar, a partir de linhas que já foram anunciadas, nos próximos meses, porque o acordo com o Fundo vai até fevereiro de 1992, cobrindo, efetivamente, o último trimestre de 1990 e totalidade em 1991. O resultado positivo desses entendimentos com o Fundo, creio, mostram essa mudança na imagem do Brasil. Um País que tinha um plano e que, portanto, não veio solicitar receita, ele não foi comprar na farmácia alguma coisa, ele já tinha tomado um remédio amargo, porque é um remédio que, primeiro, atinge a sociedade brasileira, como inevitavelmente tinha que atingir, todos os setores têm que dar uma contribuição quando este País chegou ao nível de desorganização econômica de uma inflação de 80% ao mês, já, portanto, entrando na hiperinflação, não se poderia, imaginar que sairíamos desse tipo de buraco sem que houvesse arranhões, contusões generalizadas para todos os setores da economia. Isso era inevitável e está sendo feito com uma coragem reconhecida lá fora e é esse tipo de sacrifício inicial.

É esse tipo de determinação que nos permite ir aos credores externos com uma face, com uma credibilidade inexistentes no passado; um País que simplesmente chamava o Fundo Monetário quanto tinha uma fratura exposta e não sabia nem ao menos como deveria engessar a sua perna. Já tínhamos feito essas correções de curso e não é apenas ao nível de uma política monetária, de uma política fiscal, que são aquelas que atraem mais a atenção. São as reformas mais profundas, como a reforma administrativa, como a reforma do comércio exterior que criam um Brasil totalmente diferente do passado.

Essas coisas, senhores, estão inteiramente interligadas porque se enterrou a imagem da criação do megasuperávit, e quem de nós não se recorda da discussão, até mesmo nos jornais, do seguinte: "Bom, no

ano que vem o Brasil terá de criar um superávit da ordem — e, aí, vinha — 16, 17, 18 bilhões de dólares para cumprir ou para sustentar o serviço da dívida". Essa idéia de criar ou de ter como meta um determinado superávit foi, felizmente, para a lixeira da história e, hoje, o Governo trabalha, tendo como meta externa, a manutenção de reservas internacionais que lhe garantam o mínimo de tranquilidade num mundo extremamente complexo, onde podemos ter supresas — como tivemos, agora — uma crise no Golfo Pérsico que não era prevista por nenhum observador.

O objetivo externo é ter um determinado nível de reservas e o tamanho do superávit, a própria taxa de câmbio, são variáveis endógenas — elas virão dentro do modelo, uma vez que se obedecem, aí, sim, às políticas de contenção e de expansão da moeda, à política de criação, este ano, de um superávit fiscal e à política de reservas internacionais.

Esses são os pilares da ação econômica do Governo e, com isto, a própria filosofia de negociação da dívida que é consistente com esses outros elementos fundamentais do Plano.

Eu creio que, talvez, tenha até me alongado em demasia ao fazer essa apresentação e, certamente, os ilustres Srs. Senadores, que não necessitam dessas informações, pois que já as trabalharam, mas entendo que, a partir daí, nós poderíamos, se for o desejo do Sr. Presidente e dos Srs. Senadores, desenvolver em termos de um diálogo, o restante da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, acredito que a exposição do Sr. Embaixador Jório Dauster, mostrando, no dizer de S. Ex.^a, a revolução copernicana nos termos de negociação, é bastante esclarecedora para este Senado. Recordo-me que, em outras oportunidades, a discussão tida aqui sobre a questão da dívida não se assentava, propriamente, nesse novo eixo, ou seja, na questão do equilíbrio interno e da questão fiscal e monetária senão que se centrava no excedente em dólar que a economia pudesse gerar.

O Sr. Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira apresentou um plano que, no meu modo de en-

tender, foi a primeira vez em que houve um plano mais consistente sobre uma política para a dívida externa, porque ela partia, também, de uma outra revolução que era a de fixar uma taxa de crescimento que, de alguma maneira, o pagamento seria feito a partir do excedente dessa taxa de crescimento.

O Sr. Embaixador repete, de alguma forma, essa idéia, mas a vinculando a alguma coisa mais concreta que é o equilíbrio da economia brasileira.

Portanto, acho que o Senado, que vem acompanhando essas negociações, persegue essa modificação e, do meu ponto de vista, não tenho mais se não que concordar com essa postura que entendo como a mais correta. Mas eu queria perguntar ao Sr. Embaixador como ficaria, depois das negociações havidas com o Fundo Monetário Internacional, a questão que, em outra época, nos foi trazida, também, com muita persistência, pelo Comitê Assessor, que era o famoso pagamento simbólico — o Brasil precisaria, primeiro, pagar para, depois, conversar?

Segundo: existe ou não alguma relação entre o acordo com o Fundo Monetário e o acordo com os bancos? O desembolso do Fundo Monetário estará atado às negociações com os bancos privados, ou se trata de questões separadas que é um segundo ponto, aqui que sempre foi muito discutido?

Terceiro: com relação à questão do nível de reserva — além desse nível de reserva que parece saldar, a fixar-se — e acho, inclusive, que esse é um dos itens em que o Senado poderia avançar, fixando um nível razoável de um mínimo de reservas com condições para negociação — mas, além desse nível de reservas, existe nas conversas com o Fundo Monetário e na política do Governo com respeito a dívida, alguma idéia a respeito de outras salvaguardas?

Eu estou alerta para o fato de que o preço do petróleo pode subir, repentinamente, como está subindo, neste momento, por causa da crise no Golfo Pérsico. Existe alguma negociação nesse sentido? Enfim, eu teria uma série de outras questões, mas não quero monopolizar o direito de perguntar e se o Sr. Embaixador respondesse a essas questões eu ficaria satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Sr. Embaixador Jório Dauster.

O SR. JÓRIO DAUSTER — Muito obrigado, Exm.^a Sr. Senador.

Eu começaria pela segunda, porque acho que ela serve para esclarecer, depois, conduzir a primeira pergunta.

A Carta de Intenções será divulgada brevemente, ela não foi ainda assinada, os últimos retoques estão sendo dados, mas já existe o entendimento com o Fundo. Não existe nenhuma obrigação de que o Brasil faça pagamentos aos bancos, como condição para obter a aprovação do programa pelo Fundo Monetário. Existe, isto sim, uma preocupação, que é válida, com respeito a esses elementos que compõem o quadro externo de qualquer país, quer dizer, então se um país está acumulando com o Brasil atrasados substanciais; isso é uma forma de financiamento de um gap de balanço de pagamentos. Então, como o fundo tem e aí é aquela obrigação válida, genuína do Fundo, de rever a solidez do balanço externo de um país, ele não pode deixar de olhar a parte dos bancos, seria aí uma simplificação, inclusive tecnicamente errônea. Então, existe um raciocínio e nós, inclusive, o Governo brasileiro, somos os primeiros a dizer que a pior forma de financiamento que existe é o atrasado. Por quê? Porque, ao acumular esses atrasados, ele continua a ser dívida, e é uma dívida que está sendo acumulada com base nos parâmetros antigos que queremos mudar. Então, é aquela taxa de juros, dentro daquelas condições que buscaremos alterar porque estamos acumulando esses atrasados. Uma política de atrasados, imaginar que a acumulação indefinida de atrasados é uma solução para a dívida seria um grande erro e esse não é um erro em que o Governo brasileiro possa incorrer.

Os atrasados, e isso é uma tese que temos defendido com bastante rigor, não são objeto de um desejo do Governo, mas simplesmente uma imposição aritmética, numérica, porque a massa dos pagamentos, dos compromissos era superior à nossa capacidade efetiva a suspensão de pagamento, inclusive, foi feita na administração passada, cerca de 9 meses depois que o Governo havia assinado com todos os bancos um acordo que tinha levado 7 meses para negociar. Quer dizer, é a prova de que aquele sistema, aquele modelo era um modelo praticamente do desastre planejado, 7 meses de negociação, uma salva de palmas ao se fazer o acordo e esse acordo não durou nem mesmo 9 meses. É isso o que queremos mudar;

este Governo não aceitará compromissos, acordos que ele não tenha absoluta certeza, dentro do limite das certezas que podemos ter a nível político, de que o País tem condições de viabilizar os seus compromissos.

O Fundo examinou a questão dos atrasados porque essa é uma questão relevante que ele deve examinar e, do nosso lado, o Fundo recebeu a confirmação, que também não é novidade, já havia sido tornada pública, de que o Brasil quer acelerar a negociação; o Brasil não pretende ficar com esse crescimento indefinido de atrasados pesando sobre sua economia porque eles, adiante, representam o risco de uma crise cambial, o risco de um aumento de impostos, então, eles são um freio à atividade econômica interna e, obviamente, também na possibilidade de novas invenções estrangeiras. O Brasil quer resolver o problema da dívida e quer resolver o mais rapidamente possível. Agora, a partir dessa visão da capacidade de pagamento, há também uma alteração nesse tipo de enfoque, porque o Brasil vinha tendo uma transferência negativa com todos os credores, quer dizer, neste ano o Brasil pagaria, como transferência líquida negativa, 1 bilhão de dólares ao Fundo Monetário, 1 bilhão e 200 ao Banco Mundial e ao Brid 4 bilhões ao Clube de Paris e 8 bilhões aos bancos credores. Estou citando números apenas para dar uma noção de magnitude, ou seja, éramos negativos com todos. Se agora vamos estabelecer um montante X, que é aquele que corresponda à capacidade não inflacionária de pagamento, existe uma fila nesse guichê, porque quem não paga ao Fundo Monetário se transforma num pária; quem não paga ao Banco Mundial obviamente não tem qualquer esperança de poder receber ainda o aporte, que no caso já não era positivo, mas perderia até a esperança de ter aportes dessa instituição que, inclusive, vem financiando alguns programas no Brasil, que tem um pacto social.

Com quem não paga ao BID o corre a mesma coisa; quem não paga ao Clube de Paris obviamente está deixando de pagar agências de Governo. Essas agências de Governo ainda podem e ainda vinham oferecendo algum alívio, pois que atendendo ao interesse de países produtores de equipamento, eles vinham facilitando os termos de importações pelo Brasil de equipamentos de motores para a Embraer, ou seja, essa manutenção de um relacionamento com o Clube de Paris é impor-

tante para a economia brasileira.

Finalmente essa fila, repito, não foi estabelecida para o Brasil, é que vieram os bancos credores. Mas, agora, todos tendo que disputar nessa ordem, num volume que será estabelecido possivelmente a cada ano, daquilo que o Brasil pode pagar. Então, essa modificação na filosofia brasileira tem reflexo também na negociação.

O que o Brasil, portanto, se comprometeu ou não e colocou na carta é aquilo que ele disse que vai fazer. O Brasil iniciará tão cedo quanto possível — espero que já em outubro — as negociações com os bancos comerciais. É obviamente haverá a luz do levantamento que nós fazemos. De nossa capacidade de pagamento, poder haver decisões que ainda não foram tomadas — decisões que estarão a nível da Ministra — sobre as formas de retomadas eventuais de algum tipo de pagamento. Mas essas formas não foram fixadas e é bem possível que ainda esta semana, quando tenhamos assinada a Carta de Intenções, e deixado, portanto, fixado o tipo de compromisso que nós temos com o Fundo, e que não passa por essa questão de bancos, é que o Brasil, então, poderá, usando a sua faculdade soberana, tomar decisões posteriores com relação aos bancos comerciais.

No que tange, portanto, ao Comitê Assessor de Bancos, creio que há também uma certa distorção. Negociadores, e alguns com o respeito que nos merece, em — por exemplo, o Ministro Bresser —, apontam o Comitê como tendo sido praticamente a razão de um mal resultado para o Brasil.

Creio que há elementos extremamente importantes na colocação do Ministro Bresser, e de outros negociadores, não só de brasileiros, mas também de outros países endividados. Mas, temo o que possa haver uma valorização excessiva do que é adjetivo com relação ao que é substantivo. Acredito que se as negociações, no passado, não atenderam às necessidades brasileiras como não terão atendido às necessidades dos outros países endividados, é porque não havia condições políticas internacionais e internas a nível de cada País, para tomar o tipo de atitude que hoje estamos tomando.

Acho que é necessário desmitificar o papel do Comitê. Quem tem posição firme, quem tem retaguarda política interna, deverá estar em condições de negociar em qualquer lugar. Por que o Comitê então? Porque

o Brasil tem cerca de setecentos bancos credores como nós queremos. Isso é fundamental, um resultado global. Uma solução que esteja sendo vista como permanente, e que seja tão rápida quanto possível, seria virtualmente impossível imaginar que se pudesse negociar individualmente com cada banco. Além disso, os próprios contratos, assinados no passado estabelecem uma série de cláusulas de caráter jurídico, que obriga o Brasil-evidente que nós temos contra elas buscar o máximo de flexibilização, mas elas existem e essas cláusulas também tornam praticamente inviáveis, nas condições atuais, esse tipo de negociação, banco a banco.

Mas o que poderia ser uma negociação individual? Será que seria possível chamar aqui um banco "A" e dizer a ele: "tenho no meu programa de privatização um grande diamante que é a Usiminas". Então, vou trocar esse diamante com esse banco, em troca de uma concessão maior na dívida. Seria factível fazer uma negociação desse tipo? Como é que o Governo seria transparente num entendimento que deveria ser absolutamente fechado com um banco? Mas aí como seria o segundo? Vamos dizer que teríamos acertado isso. Banco "B": — aí diríamos: a Usiminas já não existe mais, temos agora Tubarão, um diamante com os quilates que não sejam comparáveis. Então, outra vez uma negociação fechada numa sala enfumada, como é que seria isso? E nós vamos fazer isso com setecentos? Então, como é que seria? Quem iria ficar finalmente com a companhia Siderúrgica Nacional?

Ou seja, não é assim. Para que seja transparente para que seja alguma coisa absolutamente defensável perante a sociedade brasileira, as soluções têm que ser de caráter global e, portanto, isso leva à necessidade de uma negociação que passe por uma certa aglutinação desse universo de credores.

Vamos para uma negociação com o Comitê, mas extremamente consciente dos defeitos desse Comitê, daquelas formas de atuação que prejudicaram no passado e, portanto, a partir dessa consciência, com o interesse de introduzir as modificações que forem necessárias no formato do Comitê, no modelo de negociação do Comitê, para que tenhamos minimizado, minorado ou, quem sabe, eliminado as desvantagens do formato Comitê.

Mas, como opção entre negociações individuais e negocia-

ções coletivas através do Comitê, não há na prática a possibilidade de uma escolha: a outra não era viável.

Portanto, o que fizemos, isso sim, foi convidar os bancos a virem ao Brasil obviamente aqueles que assim o desejassem — para ter um conhecimento mais direto e mais profundo das diferenças de opinião, das preferências, até, que esses bancos pudessem ter com relação a uma série, hoje relativamente longa, de instrumentos que conduzem à redução da dívida e que já foram aplicados por outros países.

Esse processo ainda está em curso. Devo dizer que já temos, entre atendidos e com datas marcadas, cerca de 15 bancos. É uma amostragem muito boa. Tivemos a maioria dos chamados **Money Center Banks** dos Estados Unidos, tivemos vários bancos europeus, o banco canadense e, estamos hoje com um aprendizado que nos foi muito útil. E acredito que também houve, de uma série de outros bancos, manifestações por escrito.

Então, essa parte das consultas foi bastante, correto, correspondeu aos nossos objetivos, e a nossa expectativa é que a partir dessas consultas possamos formular uma proposta brasileira que esteja tão próxima da realidade do mercado quanto possível, mas que, é evidente, passe pelo crivo do interesse nacional e esteja compatível com a limitação imposta pela capacidade de pagamento.

Finalmente a questão do nível de reservas.

É óbvio que os acontecimentos recentes no Golfo mostram como é fundamental que se guarde um colchão. Um país que estivesse aí com dois meses de importação, diante de uma crise desse tipo poderia ficar inteiramente vulnerável e isso conduziria a uma desorganização, fuga de capitais, corrida para ativos.

Ou seja, é necessário manter um nível de reserva que dê solidez à política interna e externa, porque tem reflexos internos no País.

Agora, a Carta de Intenções foi discutida a partir de um programa de governo — repito, o programa já estava feito e, ao se ler a Carta, isso vai ser visível — e que antecedeu a crise do Golfo e foi feita a partir de premissas que talvez devam ser revistas se a crise se mantiver por um tempo superior e se, de fato, houver uma modificação substancial no pa-

tamar dos preços do petróleo, que ainda é um item fundamental nas nossas importações.

Então, o que fez com que o Fundo foi simplesmente — seria tentar alterar todos os cálculos que inclusive compõe o orçamento enviado ao Congresso, já aprovado. E, portanto, o que tem é uma referência clara: a preocupação do governo com essa crise e com os possíveis efeitos adversos que ela venha a ter sobre a economia brasileira e isso será, se a crise se mostrar duradoura e se, de fato, tiver efeitos substanciais, isso permitirá ao Brasil rever todos os elementos que compõem a Carta de Intenções sem qualquer dificuldade.

É evidente que existem no próprio Fundo outras janelas. Existe a chamada reserva de contingência que poderá vir a ser usada pelo Brasil, se assim julgar necessário, com respeito a efeito do aumento do preço do petróleo. Há outros instrumentos, outras alternativas, mas não iniciamos nem mesmo a consideração dessas opções uma vez que achamos que nesse momento seria melhor fixar o programa como estava, obter para esse programa a aprovação do Fundo na certeza de que, se as condições se alterarem de forma significativa, poderemos rever todas as metas e buscar os recursos adicionais junto ao próprio Fundo.

Não sei se respondi corretamente às suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Senador Fernando Henrique Cardoso, V. Ex^a tem alguma observação?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Sim, com relação à questão do pagamento simbólico.

O SR. JÓRIO DAUSTER — Eu disse que o Governo brasileiro tomara decisões sobre pagamentos aos bancos no momento em que entender, poderá retomar, no momento que entender que esses pagamentos estejam dentro da sua capacidade e que façam parte de uma posição que não comprometa esses objetivos. Agora, não simbólico. Penso que a idéia de simbólico é que não contemplamos. Quer dizer, se houver algum pagamento esse pagamento tem de corresponder a uma capacidade efetiva.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Portanto não existe um condicionamento, primeiro pagar para depois negociar?

O SR. JÓRIO DAUSTER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Nobre Senador Leite Chaves.

O SR. LEITE CHAVES — Embaixador Jório Dauster, a sua palestra me parece que satisfaz plenamente. V. Ex^a, mesmo expondo seus pontos de vista e do Governo nesta comissão, não desviou da sua condição de Embaixador. A clareza ficou nas entrelinhas, mas foi suficiente para que pudéssemos fazer uma avaliação acerca da posição do Governo nessas negociações.

Como V. Ex^a diz, há uma grande preocupação a seguir que se preserve a soberania, de que não haja um esmagamento e de que seja uma constância de comportamento em relação ao credor.

Essa questão da dívida tem sido tratada no Senado há bastante tempo. Aliás, um dos primeiros discursos nossos aqui a este respeito foi em 1983, quando que denunciávamos a dívida, escrevemos até um artigo nos jornais nacionais onde lia-se que o rescalonamento era a única alternativa. Digamos, de 1983 a 1988, como V. Ex^a diz, pagamos 50 bilhões de dólares.

Essa sangria permanente tem levado o Brasil a essa condição a que V. Ex^a se refere, de forte exportador de capitais, em razão disso, baixo investimento, baixo crescimento.

Nossa posição, pelo menos a minha pessoal, em relação a essa dívida é mais do advogado acostumado a tratar de dívidas no setor privado sem essas preocupações de economia, quer dizer, levando em consideração relevâncias de comportamento. Por exemplo, toda vez que um credor estiver em situação de insustentabilidade, de força maior, a própria lei, o Direito Natural, inclusive, o escusa de responsabilidade de pagamento. Também quando uma das cláusulas contratuais fica ao arbítrio de uma das partes contratantes, essa cláusula é passível de nulidade; esse juro aumenta ou diminui na conveniência dos próprios credores. Depois, aqui, no Brasil, essa dívida, ao nível da Constituição, é considerada, em princípio, legítima. Tanto é que a Constituição, representando a vontade nacional, determinou que fizesse uma comissão para avaliar a sua legitimidade, as transferências que ocorreram e a responsabilidade daqueles que se empenharam na sua constituição. Quem mais tirou proveito disso, quem aqui lutou para que ela se formasse ou os que de fora impunham ao

País esses empréstimos, porque estavam cheios de capitais, dos petrodólares, e eles tinham de colocar em alguma parte.

Também tem de levar em consideração o seguinte: a consciência de risco dos empréstimos. Nós pagávamos os mais altos spread do Mundo. Já disse uma vez aqui que a Austrália não paga spread nenhum, embora o seu patrimônio líquido, o seu Produto Interno Bruto seja proporcionalmente menor do que o Brasil, mas porque ela pertence ao campo de influência dos maiores credores, a Austrália está isenta disso. Então, já havia um reconhecimento implícito em risco.

Por outro lado, Embaixador acho que V. Ex.^a tem as melhores condições para essa luta muito difícil. V. Ex.^a, ao que sei, está se havendo muito bem, é uma luta muito difícil, tem que se aperceber do seguinte; nunca alguém se sai bem numa batalha quando se usa a arma do inimigo ou do adversário. Temos que, no País, lutar com as nossas próprias armas e quando V. Ex.^a invoca a soberania, quer dizer, isto é um ponto forte de negociação, é muito importante nesse sentido, pois não poderemos nos ater aos contratos, à questão do fórum, à questão de juros, de condições, que foram condições de imposição. Dentro dos contratos nós não teremos alternativas. Qualquer negociador seria apenas um economista; ele ia lutar com regras de economista, de financista, e ele então não sairia para essa faixa em que a soberania tem que se imposta.

Eu passei às mãos de V. Ex.^a um processo nosso que já obtive parecer favorável de algumas comissões suspendendo o pagamento, não é dando o calote, mas suspendendo por alguns anos, porque se o País não pode pagar coisa nenhuma, embora de 83 a 88 pagasse 55 bilhões de dólares, doravante será inteiramente impossível. Então, é preciso muita criatividade nesse setor. É uma sugestão que parece lógica e legal, mas ela é jurídica dentro da nossa situação.

Em razão do esforço deste governo, nós obtivemos uma queda substancial da inflação. Essa inflação hoje estaria na ordem de 450% ao mês, não fossem essas medidas a que V. Ex.^a se referiu, que não deixaram de afetar determinados setores. Mas na realidade, artificialmente ou não, a inflação está sendo contida, há um controle nacional e o próprio dólar começou a cair, coisa nunca o-

corrida na história do Brasil. Nunca vi uma situação como essa, pelo menos nessa progressão. Dólares externos estão sendo repatriados, comerciantes que nem sempre eram honestos, que ganhavam vendendo produto com uma qualidade péssima e faziam depósitos no exterior, e agora, com essa falta de dinheiro, estão repatriando esses dólares.

Mas é uma sugestão para V. Ex.^a Parece até inadequada, mas ela juridicamente serve como argumento se as condições iniciais não forem aceitas na mesa de negociações.

O Brasil é um País soberano. O dólar vem caindo aqui no País e a tendência é neste sentido. O cruzeiro hoje é uma moeda forte. Ele não está na cotação internacional, mas é uma moeda forte. Então, como alternativa de negociação, por que o Brasil não colocar em consignação, em pagamento em cruzeiro, no Banco Central a disposição dos credores internacionais o valor do seu débito? V. Ex.^a sabe que é difícil tratar desigualmente pessoas que se sentem em igualdade de condições de exigências.

Caso o Brasil vá oferecer uma vantagem como V. Ex.^a cita, uma indústria para um credor, isso é inteiramente impossível. Primeiro, num depósito desses, nós colocaremos à disposição dos credores internacionais, em cruzeiro no Banco Central, os seus valores, a partir desse momento os juros não seriam pagos por que houve a consignação em pagamento informal por via administrativa. Então, a partir daí o que se poderia fazer com mais facilidade seria a conversão.

Hoje a conversão pode ser uma grande alternativa nacional, pode ser para o Brasil uma espécie de Plano Marshall para o País, se ela for adequadamente dirigida. Se a conversão se operasse e esse capital viesse para o setor de especulação a inflação seria intolerável. Se o País se mantivesse fechado ao comércio do mundo a inflação seria intolerável, mas com essas novas aberturas que haverá de se ampliar, eu posso dizer a V. Ex.^a que a conversão pode ser uma alternativa extraordinária para os próprios credores.

O Brasil também é credor de outros países, o Brasil é credor do próprio Iraque. O Brasil é credor de países europeus, da própria Polónia. Esses credores podem negociar essas dívidas, esse crédito no Brasil.

Então, como argumento, posso dizer a V. Ex.^a que é viável, não é uma coisa insensata, porque se formos discutir dentro dos contratos das dívidas, pode ter certeza, Embaixador, que com todo empenho do Brasil, de V. Ex.^a e do Governo brasileiro, nós não chegaremos a resultado nenhum.

O cruzeiro hoje está fortalecido e é uma alternativa; coloca-se à disposição dos credores no Banco Central aquele valor e se determinam caminhos e prioridades para o caso de conversão da dívida. O que é mais urgente no País? É a questão energética.

Hoje a própria Constituição permite que haja inversão em hidroelétricas de porte médio; a reconstituição da malha rodoviária nacional, estradas novas. Há setores fundamentais e o País é uma enormidade de fonte de produção de matéria-prima. Acho que isso seria uma alternativa. Exauridos os argumentos, posso dizer a V. Ex.^a que juridicamente não é destoante uma oferta desta natureza.

Digamos que fosse a Suíça que devesse a alguém e ela dissesse: "Não vou pagar em dólar porque eu fico em desvantagem, mas pago na nossa moeda. Quer dizer, ninguém haveria de se chocar, porque realmente o franco suíço é forte, é estável. Agora, o cruzeiro, hoje, é forte e é estável. Com essa política existe uma perspectiva de valorização, tanto que o dólar está caindo.

Embaixador, congratulando-me com V. Ex.^a pergunto, primeiramente se V. Ex.^a pode adiantar alguma coisa a respeito da Carta de Intenção. Segundo, quanto é que V. Ex.^a considera que é a dívida efetiva nacional, principal e juros? Esses 90% do Governo, a quanto montam. A dívida particular, em que se expressa? Se a dívida particular é de bancos ou de empresas privadas. Se de empresas privadas, de que setor: siderúrgico ou que atividade?

Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) - Com a palavra o Embaixador Jório Dauster.

O SR. JÓRCIO DAUSTER - Muito obrigado, ilustre Senador Leite Chaves. Agradeço as palavras muito gentis que me dirigiu. Acompanhei com muito interesse as suas colocações.

Creio que, com respeito à conversão, que foi matéria que V. Ex.^a mencionou, ela está prevista, no momento, como um

possível instrumento no cardápio de opções que o Brasil previu, porque ainda não chegamos lá, mas é um instrumento que está sendo estudado. Essa conversão tem, na verdade, dois tipos diferentes de área de aplicação: a primeira é a da privatização. É evidente que, neste caso, a enorme vantagem é de que não há qualquer expansão da base monetária: é uma troca de papel por papel. Existe uma dívida que está bloqueada no Banco Central e haveria ações de empresas públicas que o Governo — por razões que seria até inútil aqui repetir — imagina que haja interesse em poder colocar nas mãos do setor privado. Então, o próprio Congresso já estabeleceu as limitações com respeito a essa participação estrangeira ao fixar o limite de 40% do capital votante. Com respeito à privatização não há dúvida de que o Governo, o Executivo — vem trabalhando com a idéia de que ela pode ser um canal importante na negociação da dívida.

Qual é o objetivo do Governo nesse setor? O objetivo é — ao permitir o emprego da dívida para fins de compra, de participação acionária nessas empresas, sujeita ao limite estabelecido por lei — que possamos absorver o maior desconto possível. Aí é que vem a idéia da transformação dessa dívida. Seria, evidentemente, aí, sim, inaceitável do ponto de vista da sociedade brasileira que nós entregássemos esse patrimônio — hoje, um patrimônio desmerecido por um gerenciamento que levou a déficits praticamente sistemáticos; são empresas que, ao invés de provocar o enriquecimento da sociedade, estão provocando o empobrecimento, porque nós, a partir dos impostos que são recolhidos de todo o setor privado, — é que estamos pagando os déficits que se acumulam nessa empresas.

É evidente que o patrimônio está, hoje, desmerecido por uma série de distorções que conhecemos muito bem. E essa é a razão pela qual existe esse apoio que eu diria, hoje, praticamente unânime na sociedade com relação à privatização desse patrimônio. Mas isso tem que ser feito a um preço correto. E seria, portanto, inaceitável que se trocasse uma dívida — que hoje é uma dívida ruim, é uma dívida que tem um valor do mercado secundário bastante baixo —, que se trocasse ao valor de face; quer dizer, aquele que tem uma dívida de 100 milhões de dólares pudesse ter esses 100 milhões aplicados diretamente para a compra desse patrimônio público. Então atra-

vés de sistemas transparentes — acredito que o faremos através de leilões, mas é uma área que já não pertence às minhas atribuições — vamos procurar obter o maior desconto através da competição entre os próprios credores; eles vão fixar, através do interesse que venham a demonstrar na participação dessas empresas, o preço efetivo que eles pretendem pagar usando a dívida.

Então, o objetivo do Governo, sim, é usar a privatização, mas tentar absorvar, através de mecanismos transparentes de mercado, o máximo de desconto na transformação, na conversão dessa dívida em participação acionária. Esse é um ponto referente à privatização.

A conversão, outra que não seja para a privatização, infelizmente, esbarra naquela questão que é a limitação que tem o Governo com respeito à produção desses cruzeiros.

V. Ex^a colocou a idéia de que se pode pagar a dívida com cruzeiro. Sim, pode. Mas no fundo o problema é o mesmo. Para gerar esses cruzeiros de forma não inflacionária, o Governo terá que arrancá-lo do setor privado, de outra forma nós estaríamos alimentando a inflação.

Os leilões que já foram feitos na administração passada, por exemplo, foram suspensos, porque se teve a consciência de que eles estavam implicando numa forte expansão monetária. Se o Governo vende ou permite que 1 bilhão de dólares, em dívida, sejam transformados para fins de aplicação, ele tem que fornecer os cruzeiros.

Ora, se o Banco Central o fizer, ele só tem uma maneira, duas. Lançando títulos, e isso vai ter impacto na taxa de juros etc. e tal, nós tentaríamos retirar dessa forma do setor privado, ou pela forma, aí sim, absolutamente inviável: no momento que seria rodar a maquininha e imprimir esses cruzeiros para trocá-los pela dívida. Por isso que é fato: existe interesse dos credores em ter a dívida paga em cruzeiros, é evidente! Mas nós precisamos ter um cuidado extraordinário. Primeiro, com respeito ao ritmo em que se possa permitir essa conversão. Ela tem que estar inteiramente compatibilizada com a programação monetária, porque senão nós estaríamos recolocando a inflação pela porta de trás da conversão; esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, não seria aceitável que essa conversão se fizesse para comprar indústrias que já estão pron-

tas, já estão aqui, já estão funcionando.

Se houver a conversão para investimento, nós devemos ter a certeza absoluta de que isso vai gerar novos investimentos, vai gerar novas atividades econômicas, sobretudo, naquelas áreas em que possa atender a reclamações da economia brasileira. Por exemplo, a infraestrutura, nós estamos vendo a deterioração brutal de toda a rede viária, do sistema de produção de energia elétrica do País, os portos, ou seja, não é, eu não creio que se deve afastar, pelo contrário, se deve considerar a possibilidade de aceitar a conversão nessas áreas. Mas, para fazê-lo, é necessário ter certeza de que esse é um investimento produtivo, que vem preencher uma lacuna e não pode simplesmente ser uma substituição ou a compra de empresas que já estão operando no País. Seria meramente desnacionalizar sem um ganho incremental para o emprego, para a renda nacional.

E são essas condições extremamente rígidas que nós temos que ter em mente para impedir que uma conversão se transforme ou num processo de realimentação inflacionário, ou num processo de desnacionalização pernicioso. Mas, em princípio, a idéia de usar a conversão como um dos instrumentos está presente na equipe de Governo e nós temos que ver se é possível implementá-la de forma satisfatória.

Esses, portanto, eram os comentários que eu faria, e quanto mais cifras o senhor... V. Ex^a indicou o interesse em conhecer as cifras. Eu poderia, com o maior prazer, ao retornar ao meu escritório, buscar aqueles elementos de informação, que são do Banco Central, onde existe essa discriminação muito cuidadosa do que é dívida do setor público, o que é dívida de empresas, estados e municípios, porque um dos problemas é exatamente este: o Governo não está recebendo, o Tesouro não está recebendo das empresas públicas, dos estados e dos municípios aqueles recursos em cruzeiros que são suficientes para o serviço da dívida que foi assumida por essas entidades, ou por esses governos locais. Daí é que, mais uma vez, o Governo vinha sendo obrigado a usar meios inflacionários para pagamento da dívida; ele estava fazendo, através de colocação de esportes de recursos do Tesouro que não tinha a cobertura do devedor final. Exatamente por isto existe um problema muito grave, que esse Governo pretende sanar, que é a garan-

tia de que estados, municípios e empresas terão condições de colocar, junto ao Tesouro, os recursos necessários para o pagamento da dívida.

Quanto às cifras, terei o maior prazer em poder enviar a V. Ex^a essa discriminação. Eu faria também, desde já, o convite para que, se essas cifras não satisfizerem inteiramente o interesse de V. Ex^a, consulte o Banco Central, que estará à disposição. Digo isto com a certeza de colocar tantas e quantas informações forem necessárias.

O SR. LEITE CHAVES - Estou satisfeito, Sr. Presidente, e aguardo essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) - Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Jório Dauster, antes da posse do Sr. Presidente Collor, houve uma viagem de Sua Excelência ao exterior. Em conversa com os centros financeiros mundiais e após a sua posse, surgiu o chamado pacote econômico.

Teria sido uma preliminar para o início da negociação da dívida externa a condição imposta pelo pacote à sociedade brasileira do arrocho salarial, da recessão, dos não-investimentos públicos? E uma das condições para que os credores internacionais - do Clube de Paris e do Fundo Monetário - pudessem vir conversar a respeito da dívida externa?

O que estamos vendo é que o País está parado. Não há investimento público. Há uma recessão, um achatamento salarial e uma inflação pública e notória. Parece-me que a inflação 100% é muito mais perniciosa sem investimento, e é a que está aí, de 11% a 13% ao mês. Esta seria a minha primeira indagação.

Outra questão, Sr. Embaixador, seria se a liberação das parcelas do Fundo Monetário Internacional está condicionada aos acordos com os bancos. Há uma outra indagação - a que fez o Senador Leite Chaves - que é quanto ao montante da dívida e à responsabilidade de per si, de quem.

Estas seriam as minhas três indagações.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) - Com a palavra o Sr. Embaixador Jório Dauster.

O SR. EMBAIXADOR JÓRIO DAUSTER - Muito obrigado. Ilustre

Senador, quanto à sua primeira pergunta, posso lhe dizer com toda a tranquilidade que não existiu qualquer condição. Não houve, nos entendimentos mantidos pelo Presidente da República ou pela Ministra, em nenhum momento a idéia de que o programa econômico a ser aplicado pelo Governo fosse um primeiro passo para a negociação com os credores externos.

Eu diria que isto se dá por uma razão muito simples: a prioridade desses pagamentos não foi essencial. Temos uma dívida, queremos resolvê-la através de redução do estoque do principal da dívida, através de redução dos seus serviços, de forma, repito, a compatibilizá-la com os objetivos maiores da sociedade, que são: estabilização financeira e retomada do crescimento.

A colocação com respeito à dívida é secundária e não, como teria sido em certas ocasiões do passado, principal, ou seja, o objetivo era servir a dívida, e o resto da economia que se ajustasse. Era, usando aquela imagem, um rabo abanando o cachorro. Então, era o serviço da dívida que impunha uma ajuste interno.

Tenho certeza de que isso não aconteceu. Simplesmente são válidas as diferenças de opinião com respeito ao instrumental usado pelo Governo para buscar, num primeiro momento, sanear a economia. É perfeitamente compreensível, natural e - eu diria mais - salutar que haja, num país democrático, diferenças de opinião. Agora, simplesmente - e aí eu me permitiria dar uma opinião pessoal - não existe uma economia que funcione ao norte do Equador e outra que funcione ao sul do Equador.

Um país que tem um déficit fiscal de 8% do PIB, é um país que vai estar em um processo de desorganização, em um processo inflacionário. Um país que não tem uma política de contenção do crescimento da base monetária, vai viver em um processo inflacionário crônico.

Então, essas medidas que foram absolutamente essenciais, primeiro, uma transferência extraordinária de quem já tinha essa perspectiva em março, já com o ano começado, de um déficit fiscal extraordinário, transformá-lo em um superávit, representa um esforço que como a própria Ministra teve ocasião de mostrar, não tem paralelo no mundo. Em segundo lugar, a absoluta disciplina monetária é um elemento coadjuvante essencial, porque quem

faz um esforço fiscal e deixa escapar através da emissão de moeda, através de um endividamento interno desorganizado, uma expansão da base monetária, estará fazendo um esforço extraordinário de cortar na carne como se cortou em termos dessa contenção da disciplina fiscal e botando tudo a perder através da falta de controle dos meios de pagamento.

Se, portanto, essas medidas, são medidas que correspondem à necessidade de qualquer país que esteja vivendo uma crise como viveu o Brasil, e vê-se que os efeitos são efeitos adversos, como poder fazer ou tentar esse tipo de correção em busca de um equilíbrio e manter a economia em pleno emprego e manter ou fazer crescer a renda? Essa fórmula, infelizmente, ao que eu saiba, e os conhecimentos de economia são limitados, essa fórmula mágica não foi ainda encontrada em nenhuma parte do Globo.

Vemos, inclusive, que outros países, alguns vizinhos nossos, se vêem forçados a fazer e tomar medidas semelhantes, malgrado o inevitável e inegável efeito que tem sobre a sociedade, em termos de uma contenção salarial, e eu, como funcionário público que vivo apenas do meu salário, posso trazer o testemunho de que também estou contribuindo nesse esforço e eu acredito, portanto, que essa é uma inevitabilidade, apesar de reconhecer a validade de posições diferentes. Mas não houve, a meu juízo, nenhuma experiência de correção de uma situação tão grave quanto àquela que o Brasil vivia em março, com uma inflação já vivendo em nível de hiperinflação que pudesse ser superada sem passar por um arrefecimento da atividade econômica. Mas, certamente, como condição não houve.

Quanto à liberação das parcelas do fundo, essa liberação fica condicionada, formalmente, aos elementos que nós aceitamos na Carta como os critérios de desempenho; e entre os critérios de desempenho não existe nenhuma condição vinculada à negociação com os bancos comerciais.

Mas, repito, o Fundo Monetário, o que nós fizemos agora é um entendimento que envolveu o staff técnico, que aqui passou 5 semanas com o ferrinho de dentista, que essa é a obração deles, foram levantar cada cifra, cada item das contas nacionais e, depois, com o Diretor-Gerente, Sr. Michel Camdessus, que obviamente endossou a opinião da sua missão técnica de que esse programa

era um programa consistente e as cifras eram cifras boas.

Agora, o Fundo Monetário não é apenas o diretor-gerente, board de diretores; são 22 representantes de países, a quem caberá finalmente uma decisão sobre o standby brasileiro e, inclusive, na sequência, as decisões têm que ser submetidas à instituição como um todo através dessa junta de diretores.

Portanto, também quanto a isso, posso lhe dizer que não há um condicionamento na Carta de liberação das parcelas do Fundo, acordo com bancos e sim a critérios de desempenho econômico que serão de conhecimento de toda a Nação.

E quanto ao montante da dívida, são cifras, que repito, se V. Ex^a tiver interesse, eu, com muito prazer, também farei o envio da documentação.

Isso também já foi aqui no próprio Senado objeto de profunda análise, e o que aconteceu ao longo desses 8 anos é que a União e o Banco Central foram assumindo uma parcela crescente, na medida, inclusive, que alguns dos devedores internos depositavam os cruzados no Banco Central. Mas como esse Banco Central, o Governo aí não tinha dólares no volume suficiente, malgrado o alto nível dos recursos que foram transferidos. Então a dívida final para com os credores externos ficava crescendo nas mãos, sob responsabilidade da União, ou do Banco Central.

É por isso que houve essa transformação, e hoje a dívida privada deve ser da ordem de 9, 10 bilhões de dólares, não tenho o número preciso na cabeça, mas essa dívida, inclusive, está sendo paga de forma perfeitamente natural. O devedor compra os dólares no mercado de câmbio e faz a remessa, sem que isso implique qualquer restrição. Isso é uma coisa normal. É repito também porque aí há uma distorção, às vezes justificada pela necessidade de concisão da imprensa, de que o Brasil não paga nada do seu serviço da dívida, o que não é verdade; o Brasil simplesmente está suspendendo pagamentos da dívida de médio e longo prazo com bancos comerciais, e de uma parcela da dívida que tem com agências governamentais no chamado Clube de Paris. Mas estamos pagando religiosamente compromissos com o Fundo Monetário, com o Banco Mundial, com o BID, uma parcela do Clube de Paris, e toda a dívida de curto prazo, que é aquela que

mantém funcionando o nosso intercâmbio comercial.

Portanto, essa suspensão, se fosse total, evidente que o Brasil não teria condições, ou teria condições extremamente precárias de sustentar inclusive as suas importações e exportações. Se você não paga o serviço, aí vai ter que trabalhar pagando em dinheiro vivo, e o comércio internacional nessa base só pode ser imaginado para países de uma estrutura extremamente baixa, que não é o caso do Brasil.

Estamos pagando uma parcela significativa que esse ano pode, repito, as minhas cifras são sempre ordens de magnitude porque não tenho o controle direto das cifras do Banco Central, mas que pode ser superior a 5, bilhões de dólares esse ano, para poder honrar esse compromisso em curso.

Eu enviarei a V. Ex^a as cifras que podem permitir uma análise mais completa de sua parte.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Sr. Presidente, só mais por uma questão de curiosidade, perguntaria ao Embaixador quando se poderia precisar, ou se depende ainda de outras negociações que a sociedade brasileira teria conhecimento, quando ela vai ter conhecimento dessa carta de intenção?

O SR. JÓRIO DAUSTER - Amanhã ou depois de amanhã, na integra.

O SR. RONALDO ARAGÃO - Só isso. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) - Senador Afonso Sancho, com a palavra.

O SR. AFONSO SANCHO - Sr. Embaixador, desejo, inicialmente, congratular-me com a bela exposição que V. Ex^a fez, clara, objetiva, franca, que muito esclarece algumas dúvidas que sempre pairam aqui pelo Senado.

E desejava fazer apenas duas ou três indagações.

A primeira é a seguinte: V. Ex^a falou que existe no exterior, de brasileiros, dinheiro, ou dólar numa ordem de 30 a 40 bilhões. Perguntaria: Qual seria o atrativo que o Governo Federal teria para trazer, se não todo, mas uma boa parte desse dinheiro?

A segunda indagação: Qual é, realmente, a situação da compra da dívida brasileira com o abatimento de 80%? Porque pelas informações que tenho, essa compra, com esse abatimento

seria coisa que não representaria nem 3% da dívida. A maioria não está dentro desta indagação.

E, terceiro: Como V. Ex^a vê a vinda de capital japonês - porque segundo o nosso Presidente Sarney, o capital japonês é como o horizonte, quanto mais se anda mais ele recua, fica longe.

Eram só essas três indagações. O senhor, poderia responder?

O SR. JÓRIO DAUSTER - Muito obrigado, ilustre Senador, pelas palavras gentis que a mim me dirigiu, e eu respondo com grande prazer as suas perguntas.

Com respeito a montantes de capitais brasileiros que fugiram nos últimos anos, certamente houve uma aceleração de 85, 86 para cá, a cifra que mencionei foi retirada de alguns estudos acadêmicos. É o equivalente a discutir o movimento do jogo do bicho no Rio de Janeiro, só quem sabe são os próprios que controlam esta atividade e, no caso, os que terão, talvez, feito estas remessas é que poderiam conhecer melhor o seu montante.

Então, essa cifra eu a coloco de uma forma muito como disse, é uma cifra impressionista, evidentemente pode ser menos e, quem sabe, pode ser mais? Mas, o importante é ver que ela ocorreu de forma tardia com relação a outros países. Quer dizer, aí as análises, que são análises, que são análises internacionais, inclusive por organismos internacionais, porque os organismos se preocupam com essa condição de que haja até, por parte dessas entidades aportes de recursos que possam, simplesmente, entrar numa bicicleta, num desvio desse e para bolsos privados, isso é acomodar nas Suíças do mundo, nos Caimans do mundo. Então, é uma preocupação genérica com esse processo de fuga de capital.

Agora, o que temos de perguntar é por que houve essa aceleração no Brasil e por que foi mais tardia?

No fundo eu acredito que isso é um elemento importante de juízo. O capital, finalmente, se ele se sentir sem horizonte num país, ele vai embora. Ele vai embora e encontrará meios e modos de subfaturamento das exportações e importações, contrabando efetivo de recursos e o próprio comportamento do "black", naqueles níveis extraordinários, mostrava que havia uma demanda, em certos casos, por esses recursos. Ob-

viamente sair ao câmbio oficial nem todos poderiam fazê-lo.

Entendo que isso é quase que inevitável, quando a perspectiva que se abre ao capitalismo é de um país em degenerescência acelerada, um país que está oferecendo simplesmente a perspectiva de uma crise social. Ora, isso tem, como contrapartida, a saída do pequeno cidadão brasileiro que se puder pegar um avião e, às vezes, correndo riscos extraordinários, também tentam embarcar amanhã para um outro país. Quer dizer, no fundo é um processo de escape de uma situação que é vista como insatisfatória, e a única maneira de contra-arrestar este tipo de comportamento — e a pergunta de V. Ex^a foi que atrativos poderiam ser dados para retorno — acho que a idéia de perdão fiscal já foi tentada no passado, o que chega é uma migalhinha, porque por mais que se diga que vai haver uma atitude desse tipo, é muito difícil a esse cidadão se apresentar claramente como alguém que tinha feito uma retirada sem registrá-lo.

Nós vimos, inclusive, que quando o Governo, em boa hora, em boníssima hora, acabou com os títulos ao portador aqui, ficou uma fortuna de alguns bilhões de dólares encostados aí porque não apareceu, apesar de alguns subterfúgios que foram utilizados, quem pudesse dizer de onde tinha gerado aqueles recursos.

Portanto, entendo que esse capital voltará ao Brasil porque o nosso é um País viável, é um país que só experimentou esse fenômeno, repito, de forma tardia com relação aos outros. Ele voltará quando encontrar que este País voltou ao trilho, que este País volta a ser um lugar onde o investimento terá uma rentabilidade que, obviamente, não teve nesses anos. É melhor colocar 6% 7% 8% parado numa conta na Suíça do que vir aqui disputar, porque mesmo a ciranda financeira naqueles níveis alucinados em que nós vivemos, visto a posteriori, muitas vezes servia praticamente para evitar uma perda maior e não um ganho como um capital tem direito de exigir numa sociedade que é montada em termos capitalistas.

Eu creio que o atrativo que este Governo, ou que qualquer governo pode dar para o retorno do capital é garantir que haverá estabilidade financeira e que estarão colocados em marcha aqueles mecanismos de recuperação do crescimento e de reforma social, porque tam-

bém o capital foge de situações que ele pode imaginar que serão amanhã objeto de uma explosão social, e que, por isso, deve passar também por aquelas medidas que levem a uma distribuição mais justa da renda brasileira. Aí eu creio que ele voltará.

Sobre a compra da dívida, V. Ex^a tem razão: o mercado secundário é um mercado muito estreito. É um mercado que foi surgindo recentemente, nos últimos três anos, em parte pela própria consciência de muitos bancos de que aquele modelo de tentar receber o pagamento integral da dívida já estava se esaurindo e alguns bancos, sobretudo os bancos menores, que haviam entrado na grande aventura da reciclagem dos petrodólares, na década de 70, já vinham "lambendo suas feridas", porque essa operação chegou a ser muito lucrativa até um certo ponto. Depois, quando começou a haver quebra de pagamentos, suspensão, houve nas receitas dos bancos, efeitos muito graves, porque o valor das ações do banco caem quando a dívida é substancial e é considerada uma dívida ruim. Esses bancos menores foram os que começaram a alimentar esse mercado secundário, e ainda são, pelo que se sabe, os principais supridores, mas isso corresponde a uma parcela relativamente pequena do total da dívida, uma vez que os grandes bancos não têm mostrado, até o momento, o desejo de fazer essas trocas no mercado secundário com os descontos atuais.

Notem bem que, mesmo no caso do Brasil, o valor no mercado secundário até muito recentemente era de 45%. Só agora, por medidas desse próprio Governo, que bloqueou certos mecanismos de conversão que estavam por aí, é que houve uma queda mais acelerada e, finalmente, foi exacerbada, nas últimas semanas, pelo fato de que bancos árabes, que estavam com problemas de liquidez, tiveram que colocar, às pressas, volumes significativos. Ora, um mercado estreito, qualquer oferta adicional tem um impacto. É por isso que, no mercado secundário, hoje o papel brasileiro está valendo cerca de 21 centavos. Já esteve um pouco abaixo. Já voltou. É um dado que temos que levar em conta. Ele é uma demonstração de que a dívida é uma dívida ruim. Dissemos isto aos bancos: vamos trocar uma dívida ruim por uma dívida boa. Mas uma dívida, para que seja trocada e tenha essa nova característica, exige sacrifícios que vocês terão que aceitar em termos de redução dos

serviços, de redução do principal.

Essa é a essência da posição brasileira, fazendo com que, sobretudo aqueles bancos que tenham presença secular no Brasil, ou de várias décadas, e que vêm ao Brasil não como uma "amizade colorida", mas como um casamento — querem estar aqui, porque se tratam de uma das maiores economias do mundo, com um potencial extraordinário. Já estamos um pouco cansados dessa conversa do potencial, mas é um dado essencial, está aí. Este Brasil pode voltar a crescer 7% ou 8% ao ano se arrumar alguns elementos fundamentais da sua economia.

Ora, esses bancos não querem ir embora. Então, esses não estão querendo queimar uma dívida com um desconto de 70, 80%, porque têm expectativas de poder conviver até, em certas circunstâncias, com problemas de pagamento da dívida, desde que tenham uma esperança de poder manter o máximo possível dos seus ativos, sobretudo porque uma redução da dívida para os bancos tem um impacto fiscal e contábil muito grande. Essa é outra questão que estamos estudando, para não irmos para a negociação com visões ingênuas. Temos que saber exatamente como funciona inclusive o bolso do adversário, adversário da mesa — não vamos colocar em termos de inimigos, mas de quem está do outro lado da mesa. Temos que saber exatamente o que acontece com ele à luz de propostas brasileiras, porque a negociação deve ser — repito — uma negociação muito dura, mas não pode ser burra. Para que ela não seja burra, temos que entender como fica a outra parte. Daí é que estamos fazendo esse esforço, mas levaremos em consideração, como um fator de avaliação parcial, a cotação da dívida no mercado secundário. Mas jamais seria possível imaginar que esse valor seja o valor que explica a totalidade da dívida. Isso seria uma simplificação, eu diria, grave.

Finalmente, quanto ao capital japonês, creio que as explicações que demos sobre o capital brasileiro, que foi embora, se aplicam a todos os capitais. Quer dizer, não há a menor dúvida de que esses ingressos, esses aportes de recursos não vêm com espírito de benemerência; vêm em busca do lucro; vêm em busca da certeza de que poderão remeter os lucros e dividendos a que fizeram jus por sua atividade. Ora, o que aconteceu? Em março deste ano este próprio Governo foi obrigado a suspender remessa de

lucros e dividendos, o que é uma medida, do ponto de vista econômico, extraordinariamente danosa, porque se o investidor não tiver a certeza de que, pelo menos dentro da lei existente, ele pode remeter os seus lucros e dividendos, ele não virá nunca. Ele não vem aqui para fazer um gesto de caridade.

Agora, por que o Governo teve que suspender e, logo depois, quando pôde, reabriu essa janela? Porque as reservas internacionais tinham caído ao nível de US\$ 5 bilhões. Porque, dentro dessa visão de um país que está pegando fogo, tinha havido uma corrida que chegava a US\$ 1,7 bilhão de remessas acumuladas naquele momento, o que era inteiramente atípico, porque ao longo da história, num país estável, não há por que o capital estrangeiro ter de escapar dessa forma.

Mas tudo isso — e buscamos mostrar aos nossos credores também, aos nossos parceiros, inclusive na área do investimento — faz parte dessa síndrome. Quer dizer, um país que — alguns eram defeitos nossos, próprios —, por um serviço da dívida extraordinariamente alto, fica sujeito a crises cambiais e, portanto, podem num segundo momento ameaçar o próprio investidor.

Evidente que teremos investimento estrangeiro, e acho que será substancial no Brasil, e não é só o investimento direto, de grandes multinacionais, mas o investimento que virá através de fundos de mercado de capital, onde existe grande disponibilidade mundial, sobretudo na Ásia, pois lá os mercados de capital já estão chegando a níveis de saturação, esse capital virá. Quando? Na hora em que estiver voltando também o brasileiro, porque já encontrará um país viável.

Acho que fora disso vamos ter essa visão do arco-íris: nunca chegaremos lá.

Não sei se respondi adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Embaixador Dauster, infelizmente, por culpa minha, não pude comparecer ao início da reunião e, em razão disso, não ouvi a palestra de V. Ex^a, que deve ter sido muito elucidativa. Por essa razão, também, preocupo-me em não fazer certas indagações de ordem técnica, porque V. Ex^a já deve ter

trazido ao conhecimento desta comissão essas razões da renegociação da dívida externa e, também, talvez em resposta a alguns senadores, porque somente assisti a partir do final da resposta de V. Ex^a ao Senador Fernando Henrique Cardoso. Apenas questões quase que de natureza política.

Pergunto a V. Ex^a quais as preocupações que o Governo vem tendo para atender, até, as normas constitucionais que determinam a presença do Congresso quando se trata do problema da dívida externa, da renegociação da dívida externa e dos compromissos assumidos pelo Brasil em relação à dívida externa, se está havendo essa participação do Congresso nessas medidas.

O FMI vai emprestar, segundo declarações da Ministra Zélia e de outros membros do Governo, parece que US\$ 2 bilhões. Não tenho conhecimento, mas certamente o FMI tem prazos e juros, não sei nem se cobre o spread, mas devem ser sempre iguais para todos os países.

Pergunto: Quais os juros, os prazos e o spread que o FMI vai cobrar do Brasil?

E, uma terceira pergunta; li nos jornais que o Egito teria tido a anistia da sua dívida, de US\$ 9 bilhões, em razão da crise no Golfo Pérsico. Também li nos jornais que o Presidente Bush teria, num determinado momento, declarado que os países desenvolvidos deveriam olhar os países que teriam sacrifícios e sofreriam prejuízos econômicos em razão de acatarem a determinação da ONU.

Há algum entendimento do Brasil nessa área para ter alguma diminuição da sua dívida ou ter renegociação melhor, em razão de estar sendo penalizado na importação do petróleo, devido a essa crise do Golfo Pérsico?

Uma outra pergunta, também, seria em razão de uma resposta que V. Ex^a deu ao Senador Fernando Henrique Cardoso, quando disse que o empréstimo para o FMI será pago em parcelas. O Senador perguntou se havia alguma ligação com o pagamento aos bancos. V. Ex^a declarou que não, que na Carta de Intenção não havia nada a esse respeito, mas também declarou que recomençaria, no próximo ano, talvez, ou dentro dos entendimentos que estão sendo efetuados, a pagar esse débito.

Não haveria qualquer correlação de nenhum tipo com o pagamento dessas parcelas, com o pagamento desses juros e em-

préstimos aos bancos, para que essas parcelas venham a ser liberadas no futuro?

E o último pedido não é de ordem pessoal, porque é um pedido do interesse de uma classe.

V. Ex^a também declarou que é funcionário público e que está sentindo os problemas do congelamento dos salários do funcionalismo público.

V. Ex^a tem demonstrado ser um hábil negociador. Será que V. Ex^a não poderia negociar com o Governo o pagamento dessa dívida do Governo para com o funcionalismo?

O SR. JÓRIO DAUSTER — Muito obrigado, ilustre Senador. Vou tentar responder às perguntas de V. Ex^a.

Com respeito à preocupação do Governo para atender aos dispositivos constitucionais, eu fiz a declaração inicial, quando, infelizmente, V. Ex^a não estava na sala, de que por parte do Governo existe a mais absoluta intenção de buscar essa cooperação, que tem que ser íntima com o Senado Federal — sobretudo com o Senado, exatamente porque a ele cabe, como competência exclusiva, a fixação dos limites e condições para negociação, e acredito, também, a aprovação desses atos.

Para esse fim nós temos mantido, inclusive a própria Ministra, contatos com vários parlamentares, inclusive com o nosso ilustre Presidente. Já há algumas semanas, houve, inclusive, oportunidade para a própria Ministra, o Presidente do Banco Central, o Secretário Especial de Política Econômica e eu próprio sinalizarmos esse desejo, essa intenção de buscar a vinculação mais íntima possível.

Então, creio que aí cabe ao próprio Senado Federal estabelecer as formas que ele entende necessárias para levar adiante esse processo, que, a meu juízo, deve ser um processo permanente, com o máximo de consultas ao longo do período, para que haja essa capacidade de acompanhamento sistemático por parte do Congresso e essa intenção eu creio que tem, nessa convocação que muito me honrou, um elemento também já de manifestação específica da necessidade de estabelecer esse diálogo.

Assim, portanto, eu repito que do lado do Governo existe o maior interesse em poder enriquecer esse diálogo.

Com respeito aos juros que serão cobrados pelo Fundo Monetário Internacional com respeito a esse empréstimo, eu não disponho dos dados aqui, mas farei chegar a V. Ex.^a se possível ainda hoje à tarde, porque os detalhes do próprio acordo stand-by são detalhes que ainda estavam em fluxo. Mas, de qualquer maneira, eu farei tudo o que puder, se possível ainda hoje, para trazer a V. Ex.^a essa informação; senão, o farei no momento em que ela me for disponível.

Com respeito ao Egito, eu creio que, por leitura meramente de jornal, o que houve foi uma indicação de que o governo americano levaria ao congresso, porque ele não tem poderes para fazê-lo sem aprovação do seu congresso, a ideia de perdão da dívida militar, que estaria orçada em 7 bilhões de dólares, portanto, o contexto é muito específico, dívida militar que, obviamente, foi assumida por aquele país na compra de material bélico norte-americano, e isso não se aplicaria — eu diria, felizmente, ao Brasil, não temos dívida militar para com os Estados Unidos.

Uma informação que recolhi nessa viagem a Washington é que me surpreendeu é de que o Egito recebia como transferência dos seus cidadãos que trabalhavam no Iraque e no Kuwait, cerca de 3,4 bilhões de dólares por ano. Então, como isso representava cerca de 14% do PIB do Egito. São situações e cifras que nos surpreendem pela magnitude, quer dizer, o país tinha uma dependência extraordinária do trabalho dos seus nacionais nesses países. É evidente que com essa nova configuração militar no golfo, os interesses dos países fornecedores de equipamentos podem levá-los a certas revisões como essa que foi anunciada.

Mas, existe isso sim, de parte do Governo brasileiro, a intenção de buscar uma negociação com as agências governamentais, Clube de Paris, para usar a expressão mais simples, que pudesse passar até pela redução da dívida. Existe aí uma contradição que não escapou, obviamente nem aos banqueiros privados porque os governos dos países credores, recentemente, e o processo é um processo que tem a velocidade glacial, chegaram agora admitir a necessidade da redução da dívida, dos bancos comerciais mas não da sua própria dívida. Havia ali um elemento paradoxal de aconselhar a outrem que fizesse alguma coisa que eles, governos, não estavam dispostos a fazer.

Isso teve a sua primeira modificação significativa com as declarações relativamente recentes do Presidente Bush, a chamada iniciativa para as Américas.

Hoje, pela primeira vez, um governo credor, estabelece a possibilidade de redução da dívida oficial, mas isso está ainda submetido a uma série de condições, uma das quais é que seja aprovado pelo Congresso. Mais uma vez, o governo americano não pode, como Executivo, fazer "favores", sem que haja uma concordância do seu Parlamento. Essa redução que o governo americano agora já admite, seria maior para a dívida assistencial, aquela dívida chamada concessional que envolve créditos que foram acumulados para envio de alimentos, coisas do gênero.

O Brasil tem uma parcela também ainda desses créditos que foram feitos no tempo em que o Brasil recebia ajuda — e felizmente o Brasil não recebe mais ajuda de país nenhum. Mas existe e haveria, portanto, um espaço para uma redução da dívida assistencial com os Estados Unidos. Existe mais, a possibilidade também de uma redução da dívida chamada comercial porque essa é feita a taxas de mercado como, por exemplo, as do Eximbank americano, mas essa já seria, ao que se pode apurar, um percentual muito menor do que para a assistencial. Isso porque existem situações extremamente diferentes quando se vai olhar a cada país devedor.

No caso do Brasil, a dívida com os bancos comerciais é claramente o fator mais importante — 50, 60 bilhões de dólares, dívida de médio e longo prazos, contra cerca de 17 bilhões com as agências de governo. Num país como a Jamaica, essa proporção é inteiramente diferente. A dívida para com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial — BID, e agências de governo — talvez represente 90% da dívida total do país. Então, esse tratamento de redução da dívida oficial terá impacto diverso sobre países como o Brasil e outros países menores.

Mas o que vamos tentar fazer, sim, na negociação com o Clube de Paris é ter como objetivo uma redução dessa dívida, mas não há uma expectativa real de que isso seja possível a curto prazo. O Brasil pretende fazer uma negociação com o Clube de Paris, possivelmente nos dois próximos meses.

Lançaríamos a ideia, buscaríamos a reestruturação significativa do serviço da dívida

com o Clube de Paris, com o aumento de prazos, aumento da carência, deixando para um segundo momento, porque precisa haver um amadurecimento político, a possibilidade de obter a redução, que devo dizer vem sendo buscada com afinco pela Polônia, e, apesar das condições especialíssimas da política desse país, nem mesmo ele obteve uma redução concertada da sua dívida no Clube de Paris. O objetivo estará sendo perseguido, mas num prazo mais longo.

Quanto à questão do pagamento das parcelas do Fundo, se existe uma condição na Carta de Intenções, repito, não existe qualquer condição que vincule a nossa negociação com os bancos credores e os desembolsos do Fundo Monetário Internacional; existe, isto sim, a declaração da nossa determinação de buscar essa negociação — isso já havia sido anunciado e, portanto, não é condição imposta por ninguém — e que o Brasil vai buscar aqueles instrumentos de redução da dívida através de auxílio que possa vir a ser prestado pelo Fundo Monetário Internacional, porque nos últimos anos, desde que se lançou o Plano Brady, em 1989, essas instituições, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BID passaram a poder oferecer uma parcela dos recursos para recompra da dívida ou, no caso do Fundo, para a compra de colateral.

Se desejarmos fazer uma transformação da dívida em bônus de 30 anos de duração, no caso do México, da Venezuela, houve recursos fornecidos por essas instituições para a compra dos chamados zero coupons bonds do Tesouro americano, que servem como colateral, como garantia para essa dívida transformada e já reduzida. Essa é a opção que fica estabelecida na Carta de Intenções e se o Brasil quiser usar poderá fazê-lo.

Finalmente, o que foi uma menção minha da que como funcionário público eu sinto na carne que existe um sacrifício. Mas, entendendo que como esse sacrifício é feito por toda a sociedade, não ouaria ingressar nessa negociação com a Ministra Zélia Cardoso de Mello. Já tenho bastante no meu prato, tentando como membro da equipe a negociação com os credores externos, para ousar voltar-me também para o foro interno.

Espero que tenha respondido as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Severo Gomes) — Senador Jutahy Maga-

lhães. V. Ex.^a tem mais alguma observação? (Pausa.)

Srs. Senadores, esta Comissão tem urgência em tomar deliberações ligadas a sua obrigação constitucional. As negociações vão agora se acelerar e devemos trabalhar com rapidez. Sendo assim, designo o Senador Fernando Henrique Cardoso como Relator de um projeto de resolução que seja a base de discussão e votação nesta Comissão para depois ser apreciado no plenário do Congresso, e marco para amanhã, às 11 horas, uma reunião para discutirmos o relatório do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Embaixador, agradeço a sua colaboração e a sua presença.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO DE ASSUNTOS

ECONÔMICOS

Ata da 14^a reunião, realizada

em 12 de setembro de 1990

Às dez horas do dia onze de setembro de mil novecentos e

noventa, na sala de reuniões da comissão. Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Severo Gomes, com a presença dos Senhores Senadores: Nabor Júnior, Jorge Bornhausen, Afonso Sancho, Leite Chaves, Ronaldo Aragão, Fernando Henrique, Cid Sabóia de Carvalho e Mansueto de Lavor, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores: Meira Filho, João Calmon, Márcio Lacerda, Aluizio Bezerra, Francisco Rollemberg, Rônan Tito, Edison Lobão, Odacir Soares, Marcondes Gadelha, Márcio Berzowski, Teotônio Viçela Filho, Sílvio Name, Olavo Pires, Gilberto Miranda, Roberto Campos, Moisés Abrão, Maurício Corrêa, Raimundo Lira e Jamil Haddad. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião se destinará à discussão do Projeto de Resolução que

"estabelece condições para o pagamento da dívida externa." Em seguida, o Senhor Presidente confere a palavra ao Senador Fernando Henrique para que proceda à leitura da minuta do Projeto em questão. Encerrada a leitura, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que desejem interpellar o Senador Fernando Henrique. Participam dos debates, os Senhores Senadores: Leite Chaves, Ronaldo Aragão, Afonso Sancho, Jorge Bornhausen, Mansueto de Lavor e Cid Sabóia de Carvalho. Não havendo mais quem queira usar a palavra o Senhor Presidente declara cumprida a finalidade da presente reunião agradecendo a presença dos Senhores Senadores. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Senador Severo
Gomes, Presidente.

